

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Silvia Regina Miranda Soares**

**O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL:  
uma política pública da Ditadura civil-militar (1967-1985)**

**Taubaté  
2020**

**Silvia Regina Miranda Soares**

**O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL:  
uma política pública da Ditadura civil-militar (1967-1985)**

Trabalho de Graduação apresentado para  
obtenção do grau de Licenciatura em História do  
Departamento de Ciências Sociais e Letras da  
Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

**Taubaté  
2020**

**SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS – SIBi  
GRUPO ESPECIAL DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO – GETI  
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

S676m Soares, Silvia Regina Miranda

O movimento brasileiro de Alfabetização – Mobral: uma política pública da Ditadura civil-militar (1967- 1985) / Silvia Regina Miranda Soares. -- 2020.

92 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, Instituto  
Básico de Humanidades

1. Mobral. 2. Ditadura civil-militar. 3. Política educacional.  
4. Analfabetismo. I. Título.

CDD – 370.981

**Silvia Regina Miranda Soares**

**O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL:**  
uma política pública da Ditadura civil-militar (1967-1985)

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do grau de Licenciatura em História do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

\_\_\_\_\_  
Orientador

Universidade de Taubaté  
Pontifícia Universidade Católica-SP

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto

Universidade de Taubaté

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Rachel Duarte Abdala

Universidade de Taubaté

\_\_\_\_\_

Dedico este trabalho ao meu marido Marcos, aos meus filhos Vinicius e Vagner, luzes da minha vida, sem eles eu não teria conseguido, obrigado pelo apoio, por entenderem minhas ausências, pelos lanchinhos das longas madrugadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por dar-me força e determinação nos momentos mais difíceis durante os anos na faculdade e na elaboração desse trabalho.

Ao Mestre Mauro Castilho Gonçalves, meu orientador, pela sua compreensão, orientação e apoio diante de minhas limitações e dificuldades, obrigada por acompanhar-me nessa caminhada.

A Mestra Rachel Duarte Abdala, pelo carinho, pelas palavras de incentivo e seus ensinamentos, sua determinação e amor pela docência levarei comigo como exemplo a seguir.

Ao Mestre Isnard de Albuquerque Câmara Neto, amigo de todas as horas, obrigada pelos conselhos e pelos cafezinhos.

A todos os Mestres e Mestras do curso de História, ao diretor Edson Trajano, pelos ensinamentos, carinho, paciência e confiança a secretária Neide incansável em sua dedicação a todos os alunos.

Aos amigos que ganhei ao longo dessa jornada: Nara, Fernando, Alexandre, Savio, e todos os meus colegas de sala, jovens que tive a oportunidade de acompanhar o início de sua vida docente a todos o meu carinho.

Aos meus irmãos Júlio e Michelly, minha cunhada Roseli pelo apoio, carinho, por entenderem minhas ausências e apoiarem minhas loucuras.

As minhas amigas, comadres, irmãs de uma vida Claudia Martins, Jô Nunes, Maria Alice, minha tia Cida, minha prima Claudia Helena, por me amparem em momentos que pensei em desistir, que sempre acreditaram em minha vitória.

Aos meus pais Sergio e Francisca (in memorian), pela minha vida.

“O presente não existe sem o passado, e estamos a fabricar o passado todos os dias. Ele é um elemento da nossa memória, é graças a ele que sabemos quem fomos e como somos”.

Manuel Bandeira

Cineasta

(In: Stephanou; Bastos, 2011, p.10)

## RESUMO

O presente estudo teve como objeto de análise o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, desde o ano de sua criação 1967 até 1985 quando foi extinto. A partir de uma abordagem histórica, analisamos a implantação desse programa e seu contexto histórico, circunstâncias as quais o Brasil vivia sob o regime militar implantado no país em 1964, pelo golpe civil-militar que derrubou o Governo João Goulart. Em nossa análise traçamos uma retrospectiva dessa que foi uma política educacional nascida em meio a uma ruptura política, a partir da tomada do poder pelos militares revisitamos sinteticamente nosso passado colonial, escravocrata até a década de 1960, investigamos as ideologias político-partidárias do regime militar quando da criação do MOBRAL como política educacional cuja principal meta era erradicar o analfabetismo no Brasil até 1980. As fontes documentais utilizadas para a elaboração desse trabalho foram em sua maioria selecionadas, através de um levantamento bibliográfico em bibliotecas digitais, revistas e jornais eletrônicos. Realizamos uma revisão bibliográfica e selecionamos textos de autores que nos possibilitou analisar a estrutura administrativa e pedagógica do MOBRAL, bem como sua bem sucedida atuação municipal e de como o sistema de governo vigente fez da educação de adultos um instrumento de manutenção e justificação do regime, e de como usou o movimento para difundir sua ideologia, e através da educação funcional, privou os jovens e adultos de uma educação libertadora, conscientizadora e dialógica, tal qual sugerida pelas forças educacionais anteriormente hegemônicas. Foram estudados quatro documentos oficiais do MOBRAL, que possibilitou apresentar no ultimo capítulo dessa pesquisa a visão de seus idealizadores que afirmaram ser o programa um sucesso e através da leitura de seus críticos que afirmam ser o MOBRAL um fracasso como política educacional voltada a alfabetização de jovens e adultos, e com a meta de erradicar o analfabetismo no Brasil.

**Palavras-chave:** MOBRAL. Ditadura civil-militar. Política Educacional. Analfabetismo



## ABSTRACT

The present study analyzed the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL), from the year of its creation, 1967, until 1985, when it was extinct. From a historical approach, we analyze the deployment of this program and its context, circumstances that Brazil lived under the military regime, deployed in 1964, by the civil-military coup that overthrew the government of João Goulart. In our analysis we draw a retrospective of that which was an educational policy born in the midst of a political break, from the seizure of power by the military and revisited, synthetically, our colonial and slavocratic past, until the 1960s, we investigate the political-party ideologies of the military regime, when the creation of MOBRAL as an educational policy, whose main goal was to eradicate illiteracy in Brazil by 1980. The documentary sources used for the elaboration of this work were mostly selected, through a bibliographic survey in digital libraries, magazines and electronic journals. We carried out a bibliographic review and selected texts by authors, which enabled us to analyze the administrative and pedagogical structure of MOBRAL, as well as its successful municipal action and how the existing system of government made adult education an instrument for maintaining and justifying the regime, and how he used the movement to spread his ideology and through functional education, depriving young people and adults of a liberating, conscientious and dialogical education, as suggested by the formerly hegemonic educational forces. Four official documents of MOBRAL were studied, which made it possible to present in the last chapter of this research, the vision of its idealizers who claimed to be the program a success, and through the reading of its critics who claim to be MOBRAL a failure as educational policy, aimed at the literacy of young people and adults, and with the goal of eradicating illiteracy, in Brazil.

**Key words:** MOBRAL. Military civil dictatorship. Education politics. Illiteracy

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ARENA** - Aliança Renovadora Nacional  
**CEAA** – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos  
**CNER** - Campanha Nacional de Educação Rural  
**CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
**CPC** – Centro de Cultura Popular  
**COEST** – Coordenações Estaduais  
**COMUM** – Comissão Municipal  
**CRUZADA ABC** – Ação Básica Cristã  
**DNE** – Departamento Nacional de Educação  
**G.I.** – Grupo Interministerial  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
**MCP** – Movimentos de Cultura popular  
**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro  
**MEB** – Movimento de Educação de Base  
**MEC** – Ministério da Educação e Cultura  
**MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
**PAF** – Programa de Alfabetização Funcional  
**PBA**- Programa Brasil Alfabetizado  
**PEI** – Programa de Educação Integrada  
**PNA** – PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO  
**PNAC** – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania  
**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
**UNICAMP** – Universidade de Campinas  
**USP** – Universidade de São Paulo  
**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICO E TABELA

Figura 1 - Taxa de Analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2018) .	23
Figura 2: Paulo Freire com Trabalhadores em um Centro de Cultura (1963) – Angicos-PE.....	43
Figura 3: Experiência Revolucionaria em Angicos e Natal .....	44
Figura 4: Propaganda do MOBRAL – 1970 – Revistas Abril .....	59
Figura 5: Propaganda do MOBRAL .....	60
Figura 6: Propaganda do MOBRAL .....	60
Figura 7: Cartilha do MOBRAL p. 24-25 .....	63
Figura 8: Cartilha do MOBRAL p. 22-23 .....	63
Figura 9: Cartilha do MOBRAL p. 26-27 .....	64
Figura 10: Cartilha do MOBRAL p.14-15 .....	64
Figura 11: Cartilha do MOBRAL p. 8-9 .....	65
Figura 12: Cartilha do MOBRAL p. 28-29 .....	65
Figura 13: Cartilha do MOBRAL p. 10-11 .....	66
Tabela 1 - Analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil 1940/2010 ...	80
Gráfico 1 - Taxa de Analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais no Brasil 1940-2010 .....	80

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 Justificativa</b> .....	13
<b>1.2 Metodologia</b> .....	14
<b>1.3 Referencial Teórico</b> .....	16
<b>2- O ANALFABETISMO NO BRASIL: DA COLÔNIA À DITADURA CIVIL-MILITAR</b> .....	20
<b>2.1 O analfabetismo e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil do século XXI</b> ...	20
<b>2.2 O Analfabetismo – Uma Herança Escravocrata</b> .....	24
<b>3- POR QUE O MOBRAL?</b> .....	40
<b>3.1 O Plano Nacional de Alfabetização e as Contribuições de Paulo Freire</b> .....	40
<b>3.2 O MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização (1967-1985) – Sua Origem e Legitimação</b> .....	49
<b>4- MOBRAL: UM SUCESSO PARA SEUS IDEALIZADORES, UM FRACASSO PARA SEUS CRITICOS</b> .....	68
<b>4.1 Quem são os defensores do MOBRAL?</b> .....	68
<b>4.2 MOBRAL: Sucesso ou Fracasso: Podemos Julgar?</b> .....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	84
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	86

## 1- INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar desde uma perspectiva histórica as raízes do analfabetismo no Brasil e, ato contínuo, a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL<sup>1</sup>, o seu contexto social e a sua proposta de erradicar o analfabetismo no Brasil.

Nesta perspectiva trazer à tona a história desse movimento educacional implantado no Brasil com a meta de erradicar o analfabetismo até 1980, além de ser fundamental para a conservação de nosso passado histórico, o enfrentamento de erros passados nos ajuda a entender como o passado reflete no que somos hoje e de como as transformações, os avanços, os retrocessos e permanências, provocados pelas ações do homem no tempo, nos permite compreender melhor nosso presente e projetar novos caminhos para a história da educação de jovens e adultos no futuro, pois “no âmbito da memória, estão os elementos básicos para a construção da história.” (CARVALHO, 2013 apud SANTOS, 2015), para Nóvoa (apud STEPHANOU; BASTOS, 2011) “vivemos sem uma memória construída, o que nos leva a repetir, uma e outra vez, os mesmos diagnósticos e a aplicar velhas soluções sempre com a aparência de novidade.”<sup>2</sup>

Nesta presente pesquisa procurou-se analisar aspectos da história do MOBRAL, a sua política educacional voltada para os jovens e adultos com idade acima de 15 anos, devidamente regulamentada pela Lei no. 5.379 de 1967, considerando seu contexto histórico com enfoque na conjuntura política da ditadura civil-militar, a sociedade vivenciava um momento de extrema repressão e autoritarismo de um governo que necessitava de legitimação, nesse sentido nos inquieta questões como: Quais os interesses do governo militar ao criar o MOBRAL? Por que o Brasil não consegue cumprir com sua meta no combate ao analfabetismo?

Pesquisar a história da educação no Brasil, especialmente a história da educação de jovens e adultos, implica em revisitar nosso passado colonial para que possamos ter a visibilidade de um processo histórico marcado por continuidades e

---

<sup>1</sup> Usaremos a sigla MOBRAL ao nos referirmos ao Movimento Brasileiro de Alfabetização.

<sup>2</sup> Citação de António Nóvoa in: texto de apresentação do livro Histórias e Memórias da Educação no Brasil- Vol.III – Sec. XX – Stephanou; Bastos, 2011, p.12.

descontinuidades ao longo dos séculos, o ensino voltado aos adultos é marcado pelo descaso, pela exclusão de nossos antepassados indígenas e africanos. No período colonial foi fundamental a educação jesuítica para a fixação dos padrões de dominação portuguesa (PAIVA, 1990), o Império estabeleceu a obrigatoriedade do ensino escolar, na linha do descaso, Stephanou e Bastos (2011) enfatizam que a educação popular não apresentava experiências sistemáticas e significativas.

Com a proclamação da República a questão educacional ganha certa relevância que de acordo com Paiva (1990), aconteceu não apenas como decorrência das transformações econômico-sociais por que passou o país, mas também pela ampla penetração das ideias positivistas entre os republicanos.

Na segunda metade do século XX, o Brasil passa por uma série de mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais, a educação popular, o analfabetismo ganha uma maior visibilidade através das ações políticas e culturais de intelectuais e estudantes, a partir da formação dos Centros de cultura Popular, ganha destaque o método de Paulo Freire, sua luta contra o analfabetismo e sua proposta de educação em uma concepção libertadora, Paulo Freire considerava como libertadora uma educação voltada para a realidade do aluno.

No início da década de 1960 temos no governo de Goulart a continuidade do governo nacional-desenvolvimentista implantado por Juscelino Kubitschek, foi um período fértil no que diz respeito a políticas educacionais voltadas ao público adulto e ao combate ao analfabetismo onde esteve à frente da elaboração do Plano Nacional de Educação – PNA, Paulo Freire e sua equipe de intelectuais e educadores.

O golpe-civil militar de 1964 promoveu uma ruptura nas propostas freirianas, banuiu o PNA, prendeu e exilou Freire, e implantou um modelo de educação para formação do indivíduo voltada para o mercado de trabalho, formando mão-de-obra, ou seja, uma educação tecnicista, com a criação em 1967 do MOBRAL, para atender aos seus interesses e divulgar a ideologia do regime.

Mediante a isso esta pesquisa traz como Objetivo Geral:

Analisar a fundação MOBRAL e seu contexto histórico enfatizando os fatores econômicos, ideológicos, políticos e sociais no período de 1967 a 1985 que compreende a sua criação e a sua extinção respectivamente, o trabalho teve também como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a história do MOBRAL, estabelecendo um diálogo com a história e memória.

Quanto aos nossos objetivos específicos, eles são os temas centrais dos três capítulos do nosso trabalho:

- ✓ Realizar uma abordagem histórica do analfabetismo no Brasil desde o período colonial até o período da ditadura civil militar, que criou e implantou o MOBRAL.
- ✓ Estudar a proposta educacional que antecedeu o MOBRAL, buscando compreender porque o governo militar baniu os movimentos educacionais e culturais implantados por Paulo Freire, realizando uma contextualização a partir da década de 1950, estudamos as leis e decretos que instituíram o MOBRAL como uma fundação responsável pela erradicação do analfabetismo e pela criação de programas educacionais voltados a população jovem e adulta.
- ✓ Analisar a visão dos criadores e gestores da fundação MOBRAL que o apontam como um grande sucesso, e a leitura de seus críticos que afirmam ser o programa um estrondoso fracasso.

## **1.1 Justificativa**

O desenvolvimento deste trabalho foi um grande desafio desde a escolha do tema, que remonta às memórias da minha adolescência, no ano de 1976 meu pai aos 32 anos frequentou o MOBRAL por três meses, essas recordações aliadas ao fato de que sempre gostei de ensinar os adultos da família, pois a maioria tinha abandonado os estudos no período que compreende nos dias de hoje ao segundo ano do fundamental. Quando ingressei na universidade esse desejo de estudar o MOBRAL veio à tona nas aulas de História e Políticas Educacionais, nos ensinamentos do professor sobre a importância de se analisar as políticas educacionais e seu contexto histórico despertaram o meu interesse em estudar o tema da educação de Jovens e adultos no contexto da ditadura civil-militar, a partir de 1967 com a instituição do MOBRAL.

Retomar as experiências educacionais do MOBRAL, e a atuação dos governos militares em relação à educação dos adultos e de como as políticas educacionais convergiam para a manutenção de seus interesses e também de uma

elite politizada e dominante, se justifica na nossa tentativa de impedirmos que um movimento de proporções continentais fique no esquecimento.

E por entendermos que a relevância do tema contribui para a formação docente, uma vez que relembrar o nosso passado de violações de direitos nos fortalece em nossa principal tarefa como educadores: educar para a emancipação do indivíduo, e ao mesmo tempo impedirmos a desmemórias das gerações futuras do que foram aqueles anos de luta contra as atrocidades que cometeu o governo militar no Brasil.

Estudar o MOBREAL é muito importante para que possamos compreender as estruturas de uma política educacional criada pelo governo militar, para atender ao projeto de nação desenvolvido sob égide da economia, do tecnicismo, da idéia de um Brasil grande e próspero e principalmente ao estudar o movimento podemos visualizar os impactos do mesmo na educação brasileira ao longo dos anos.

## **1.2 Metodologia**

Na realização deste trabalho a metodologia utilizada foi o estudo exploratório bibliográfico, numa abordagem qualitativa, privilegiando as fontes documentais escritas, o levantamento bibliográfico foi realizado com consultas na biblioteca do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté, Biblioteca Clacso Digital e na Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas, banco de dados de revistas e jornais eletrônicos, teses de doutorado e mestrado, dissertações, trabalhos de graduação, artigos e livros todos relacionados ao tema de nossa pesquisa.

Iniciamos o levantamento bibliográfico na segunda metade do ano de 2018 até início de 2020, quando enfrentamos um novo desafio: a impossibilidade de recorrermos ao acesso físico às fontes documentais ficamos impossibilitados de visitar bibliotecas, museus, arquivos, porque no final do ano de 2019 e início de 2020 o Brasil e o mundo passou a enfrentar uma pandemia que nos levou a uma nova realidade: o isolamento social, que nos privou das consultas físicas a fontes documentais.



Além da pesquisa bibliográfica foi realizada a leitura de quatro documentos oficiais do MOBRAL (1973; 1977; 1979; 1984) e do livro produzido pelo MOBRAL e editado por Arlindo Lopes Corrêa em 1979 com título *Educação de Massa e Ação Comunitária*, o livro é composto por 17 textos de vários autores, a leitura dos dois capítulos de autoria de Lopes nos permitiu visualizar através das narrativas de seu autor as sutilezas que negavam que a políticas educacionais do movimento eram alinhadas ao regime militar e apresentava o MOBRAL como o “salvador” da educação no Brasil e a partir desse olhar defendiam-no com determinação, para Lopes (1979) o MOBRAL deu esperança a milhões de pessoas e soube corresponder às expectativas da população, [...] o “Mobral, mostrou desde logo, sua vocação para propiciar a integração social”, o livro traz um estudo de toda a estrutura administrativa, pedagógica e da logística das ações desenvolvidas pelo MOBRAL frente à educação popular e ao combate ao analfabetismo.

Realizar a análise dos documentos oficiais do MOBRAL, permitiu-nos traçar uma leitura reflexiva apontando a defesa do MOBRAL pelos seus idealizadores, uma vez que esses documentos eram elaborados por seus respectivos presidentes em exercício, estes apresentavam o programa como uma grande realização do governo militar, para realizarmos o contraponto buscamos o aporte nos trabalhos de autores como Vanilda Paiva, nossa referência nessa pesquisa, seus estudos nos permitiu compreender que o MOBRAL trazia em seu bojo as representações de um governo autoritário, que via na educação de adultos um mecanismo para impor a grande massa analfabeta, uma educação tecnicista voltada ao mercado de trabalho, essa temática será apresentada no último capítulo.

Diante do impacto da pandemia do COVID-19, foi preciso adaptarmo-nos a uma nova realidade, sobre as dificuldades que estamos enfrentando frente a pandemia que nos levou ao isolamento social, nas palavras do meu orientador professor Mauro Castilho em sua Live apresentada no dia 02/06/2020, cujo tema versou sobre a “Pesquisa Histórica em tempos de quarentena: “precisamos experimentar o processo de transição do físico para o digital e vice-versa”, precisamos nos adaptar a essa nova realidade, [...] precisamos de políticas públicas que viabilizem essa transição”, dentro dessa nova realidade nossa pesquisa limitou-se a consulta às bases de dados digitais onde reunimos um rico material literário que nos ajudou na fundamentação de nossa base teórica, no entanto nesse trabalho temos a ausência por exemplo da história oral que certamente iria enriquecer nosso

trabalho e reavivar nossas memórias, o isolamento social nos privou de tentarmos encontrar pessoas que vivenciaram seja como aluno, professor, voluntários a realidade do MOBRAL os relatos desses sujeitos certamente seriam elementos importantes no enriquecimento de nossa pesquisa.

### 1.3 Referencial Teórico

Toda pesquisa necessita de um levantamento bibliográfico com o objetivo de se construir um referencial teórico que nos apoia no desenvolvimento do tema sobre o qual se vai discorrer, nessa pesquisa que tem por finalidade resgatar a história do MOBRAL, optamos pela revisão de literatura visando compreender a implantação do movimento e seu contexto histórico.

Buscamos os ensinamentos contidos no livro *História e Memórias da educação no Brasil – século XX (2011)*, organizado pelas pesquisadoras Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos, nessa obra as organizadoras reúnem textos de 50 estudiosos da educação no Brasil, que apresentam as experiências educativas brasileiras, realizamos a leitura de dois textos do livro o primeiro de Leôncio Soares e Ana Maria de Oliveira Galvão intitulado: *Uma história da alfabetização de adultos no Brasil* e também do último texto elaborado pelas organizadoras: *História, memória e história da educação*. Trouxemos como referência os estudos de Vanilda Paiva que em seu livro *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos (2015)*, na terceira parte de seu livro a autora apresenta um estudo profundo da educação de jovens e adultos, sobretudo do MOBRAL, em seu depoimento no final do livro Paiva discorre sobre o fracasso do MOBRAL em seus estudos a autora faz defesas e críticas ao movimento para Paiva o “MOBRAL fracassou porque foi imposto pelo regime militar e não idealizado por educadores”, outro ponto criticado pela autora reside no método de alfabetização que “criou” analfabetos funcionais, sobre esse conceito de analfabetismo funcional, Paiva (2015) salienta que: surgiu na década mais fecunda em matéria de campanhas e programas de alfabetização, ou seja nos anos 60 ,[...] em decorrência dos muitos fracassos dessas campanhas de educação de massa e devido ao índice de regressão ao analfabetismo, o conceito passou a ser usado para designar não ausência de conhecimento absoluto, mas a falta de domínio do mesmo. Analisamos também dois artigos de Paiva: *MOBRAL: Um Desacerto*

*Autoritário* (1981) e o artigo: *Um Século de educação republicana* (1990), em seus escritos Paiva nos ensinou a analisar os sistemas educacionais, os movimentos educativos, e como era a participação da sociedade, de como eles (movimentos) refletem as condições sociais, econômicas e políticas da nossa sociedade, fundamentamos nosso referencial teórico com leitura de estudos de autores como: Januzzi (1979); Corrêa (1979); Fávero (1983); Cunha e Góes (1999); Freire (1987,2001); Carvalho (2011); Germano (2011); Schwartz (2019).

Dos trabalhos acadêmicos que pesquisamos, buscamos os estudos que apresentaram leituras do MOBREAL que retrataram como o movimento serviu aos interesses do Estado Militar brasileiro, que analisaram as leis e decretos que o criaram e a trajetória do movimento juntos as cidades, na impossibilidade de sumariar a todos, destacamos os trabalhos de Oliveira (1989); Haddad; Di Pierro (2000); Brandão (2005); Castanha (2006); Coelho (2007); Escobar (2007); Borges (2009); Lira (2010); Oliveira (2011); Leite e Macedo (2014); Venerando (2014); Santos (2015); Fávero e Mota (2016); Braga; Mazzeu (2017); Arruda (2018); Prado e Neto (2019) e outros trabalhos devidamente referenciados.

Realizar a leitura dessas fontes documentais foi de grande importância na elaboração de nossa pesquisa, porque nos possibilitou sistematizar e enriquecer nosso conhecimento da história da educação de adultos, nosso objeto de estudo dentro do recorte histórico por nós delimitado, as fontes estão na origem, constitui o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção do conhecimento, do objeto histórico estudado, (SAVIANI, 2004 apud CASTANHA, 2006).

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo trazemos um breve relato da educação de jovens e adultos e da situação do analfabetismo no Brasil em nossos dias, para depois realizarmos uma retrospectiva da história da educação brasileira com enfoque na educação de adultos, voltamos ao nosso passado colonial por entendemos que as raízes do analfabetismo no Brasil tiveram início nesse período, Stephanou e Bastos (2011) “afirmam que devido o descaso pela educação popular no período colonial, a mesma não apresentava experiências sistemáticas e significativas”, da colônia ao império destacamos o período após a Constituição de 1824 outorgada por Pedro I, que regulamentou o ensino primário e gratuito, mas como salienta Carvalho (2018) uma lei morta porque em nosso país “não havia cidadãos”, o Ato Adicional de 1834 trouxe um momento mais significativo para a educação de adultos, foi um dos instrumentos legais mais

importantes na nossa história educacional, (PAIVA, 1990), formulou políticas para essa modalidade de ensino (STEPHANOU; Bastos, 2011), contudo isentou o governo regencial de responsabilidade, delegando toda a responsabilidade da educação primária e secundária as Províncias.

No período da Primeira República (1889-1930) e na Segunda República (1930-1945), o índice de analfabetismo é alto e traz as marcas do descaso, da discriminação, das desigualdades sociais, exclusão e ausência de políticas públicas para essa modalidade, heranças de nosso passado escravocrata, que atravessou séculos e estão presentes em nossos dias.

No capítulo 2, trouxemos uma análise do programa educacional para adultos que antecedeu a criação do MOBREAL, e recordamos as contribuições de Paulo Freire e seu sistema educacional voltado ao combate do analfabetismo, recordamos o protagonismo desse que foi o maior educador brasileiro, perseguido pela ditadura civil-militar, viveu exilado por 13 anos e levou seu método de educação para adultos a vários países da América Latina, Europa e África.

Apresentamos uma análise do contexto histórico daqueles anos de efervescência política, econômica, cultural e social, que o Brasil atravessava a tomada do poder pelos militares que impôs ao povo 20 anos de uma regime autoritário, violento que restringiu direitos e fez uso da educação para difundir suas ideologias, realizou-se um estudo das leis e decretos que criaram e legitimaram o MOBREAL, buscando entender porque o regime militar substituiu o Programa Nacional de Alfabetização – PNA e o método de ensino pensado e elaborado por Paulo Freire.

No terceiro capítulo com base na revisão de literatura que fizemos, realizamos uma análise reflexiva sobre o sucesso do movimento defendido pelos seus idealizadores que se apoiaram na integração nacional e no engajamento das cidades promovidos pelo movimento, e, sobretudo no apoio do governo e das forças armadas, tentamos mostrar que sob a máscara do combate ao analfabetismo o movimento servia aos interesses da ordem vigente, proporcionando uma educação massificada e tecnicista, através da leitura das fontes bibliográficas trouxemos o ponto de vista de seus defensores e também a leitura de seus críticos, que apontam o uso ideológico do movimento para mascarar o que de fato acontecia em nosso país, que apresentaram as falhas dos programas criados pelo MOBREAL, em seus métodos, materiais didáticos, porém não foi objeto dessa pesquisar julgar os fatos,

aprendemos nos anos de academia que ao historiador não cabe julgar os fatos históricos, mas sim investiga-los e procurar compreendê-los.

## 2 O ANALFABETISMO NO BRASIL: DA COLÔNIA À DITADURA CIVIL MILITAR

### 2.1 O analfabetismo e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil do século XXI

“O analfabetismo no século 21”<sup>3</sup>, é o título do artigo de João Batista Oliveira e Araújo, presidente do Instituto Alfa e Beto, publicado pelo jornal o Estado de São Paulo em 27/01/2018, o autor inicia seu texto com uma afirmação um tanto quanto desalentadora tanto para os educadores quanto para nossa sociedade, Oliveira afirma que “nos 200 anos de Independência do Brasil, ainda seremos um país com quase 12 milhões de analfabetos com carteirinha expedida pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Esse dado apresentado por Oliveira representa 7,2% da população com mais 15 anos, e confirma a publicação do jornal Gazeta do Povo:

O Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos, uma taxa de 6,8% de pessoas acima dos 15 anos que não sabem ler ou escrever. O país reduziu a analfabetização, mas não na velocidade esperada: ainda não alcançou a meta do Plano Nacional de Educação para 2015, que era baixar o índice para 6,5%, a fim de erradicar o analfabetismo até 2024. (GAZETA, 2019).<sup>4</sup>

O analfabetismo no Brasil já nas primeiras décadas do século XX suscitou o planejamento e criação de políticas públicas voltadas para a alfabetização em massa, Araújo (2018) afirma que o termo e o tema da alfabetização provocaram batalhas ideológicas campais, mas de pouca ação efetiva, refletindo sobre essas afirmações, esta pesquisa traz como reflexão: a importância da história da educação brasileira voltada ao público de jovens e adultos, uma vez que a educação de jovens e adultos assim como o analfabetismo, são temas relevantes e que exigem muita atenção dos governantes, dos educadores e da sociedade como um todo.

Neste primeiro capítulo buscamos refletir sobre o analfabetismo nos dias atuais, para então realizarmos uma retrospectiva na história da educação brasileira, de maneira sintetizada vamos do período colonial a década de 1960, período de

---

<sup>3</sup> ARAUJO, João Batista Oliveira e. Analfabetismo no século XXI. O Estado de São Paulo. São Paulo. 27/01/2018, p. 02. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180127-45392-nac-2-opi-a2-not>>. Acesso em: 10/09/2019.

<sup>4</sup> TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL. Gazeta do Povo. Curitiba. 08/03/2019. Infográficos. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil/>>. Acesso em: 10/09/2019.

grande efervescência política no país, marcado pela queda do governo populista de João Goulart e a tomada do poder pelos militares.

Refletindo sobre a afirmação de Araújo (2018), das discussões ideológicas que a temática do analfabetismo acaba por provocar, isso nos leva de volta ao nosso passado colonial e escravocrata, nos faz pensar nas permanências e continuidades por que passa todo processo histórico, e que nos faz questionar: Por que, apesar de ter-se desenvolvido tantos programas educacionais com a missão de acabar ou reduzir o analfabetismo em nosso país, ainda enfrentamos uma taxa de 7,2% de analfabetos com mais de 15 anos, esse percentual que de acordo com o IBGE, corresponde a 12 milhões de analfabetos com mais de 15 anos.

Se hoje convivemos com essa triste realidade, estamos diante da continuidade de um fato que remonta a tempos anteriores ao MOBRAL, objeto de estudo dessa pesquisa, e estes acontecimentos históricos estão como afirma Santos (2015,); “ligados a um contexto social, onde as experiências sejam, políticas, educacionais, de resistência, de repressão, de conquistas, etc, são vivenciadas por determinados grupos.”

Ainda de acordo com Santos:

Para a historiografia da educação é importante reaver acontecimentos que foram deixados para trás, que foram esquecidos, silenciados e apagados da memória histórica e coletiva, e que, conseqüentemente apresentam lacunas na continuidade dos fatos históricos. (SANTOS, 2015, p. 10)

Mediante a isso antes de estudarmos os aspectos da experiência educacional do MOBRAL, nesse trabalho vamos de maneira sintetizada voltar ao cenário do Brasil colonial, um passado marcado pela dominação, negação da educação aos nossos primeiros habitantes ameríndios e aos nossos antepassados africanos, por entendermos que o analfabetismo em nosso país se constitui em uma herança escravocrata, assunto do segundo item desse capítulo.

Quando nos dispomos a estudar, pesquisar a historiografia sobre a história da educação de jovens e adultos no Brasil deparamo-nos com vários autores e suas pesquisas: onde são unânimes em apontar o descaso com que sempre foi tratada essa parcela da população brasileira que compreende a faixa etária a partir dos 15 anos de idade.

A pedagoga Auristela Rodrigues dos Santos em seu trabalho de conclusão do curso de pedagogia afirma que:

Ao caminhar pela historiografia da educação brasileira, percebemos o quanto a educação esteve em planos secundários, e fundamentalmente a educação popular que se constitui o palco das pessoas jovens e adultas que não tiveram o acesso à educação num período compreendido como “apropriado”. Nesse sentido, observamos que a educação de jovens e adultos no Brasil foi desconsiderada ao longo dos anos, e que seus reflexos estão presente na educação de jovens e adultos na atualidade (SANTOS, 2015, p. 14).

Em sua tese de Doutorado intitulada “*O direito à educação básica para jovens e adultos na modalidade EJA no Brasil: Um resgate histórico e legal*”, a pesquisadora Sandra Fernandes Leite, corrobora a fala de Santos (2015), quando afirma que:

A história revela que o país demorou muito na implementação de uma escola para a maioria da população e, mesmo quando o fez, não considerou as características e as demandas para essa escola. O país carrega em sua história um passado de omissão, exclusão e de negação do direito amplo à educação, principalmente quando nos deparamos com aqueles que tiveram o acesso negado por ficar à margem do processo ou obrigados a abandonar a escola. (LEITE, 2013, p. 25).

O Brasil do século XXI enfrenta muitas dificuldades para cumprir com a meta de baixar os índices do analfabetismo na população de jovens e adultos, problemas pontuais como por exemplo, as dificuldades desses sujeitos para frequentar as escolas, que vão desde a dificuldade de locomoção até o próprio desânimo de quem enfrentou 8 (oito) horas de trabalho, para encarar uma sala de aula, são obstáculos que permearam os vários programas voltados à educação de jovens e adultos no passado.

Outro fator que ainda perdura é a exclusão da camada mais pobre da sociedade, ou seja, a desigualdade social contribui de maneira preocupante para que o país não consiga acabar com o analfabetismo seja ele absoluto ou funcional.

Para a Professora Maria Clara Di Pierro – da USP, em matéria publicada no dia 08/09/2019 no jornal *Agencia Brasil* em Brasília, pelo repórter Gilberto Costa<sup>5</sup>:

---

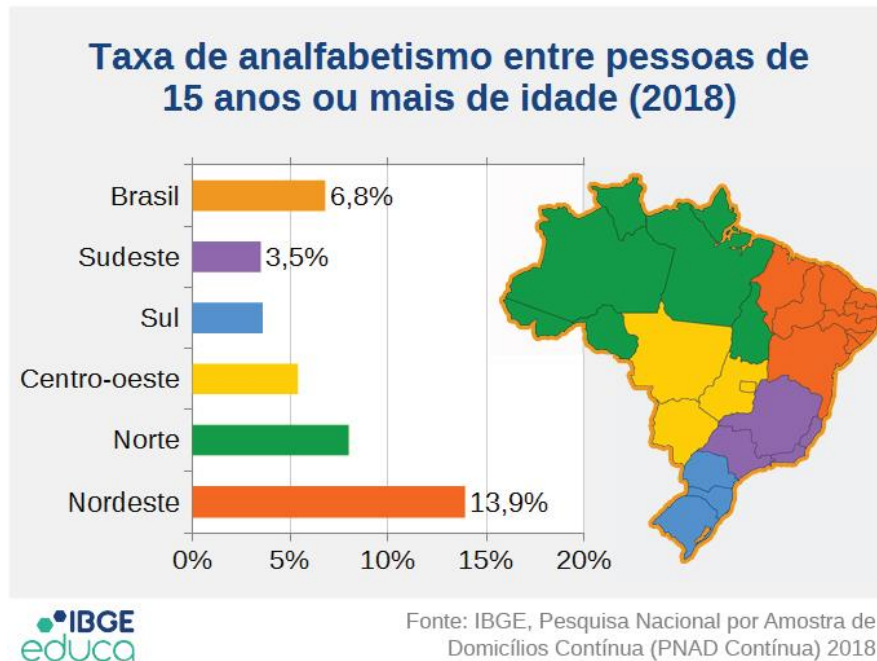
<sup>5</sup> COSTA, Gilberto. Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21. Agência Brasil. Brasília. 08/09/2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>>. Acesso em: 10/09/2019.



“chegar à idade adulta na condição de analfabeto numa sociedade letrada predominantemente urbana, grafocêntrica (centrada na escrita), é uma situação que ocorre por processo de exclusão social, que são múltiplos, que não são estritamente educacionais.”

De acordo com o IBGE, o acesso das pessoas com 15 anos ou mais à educação no Brasil ainda é muito desigual, como nos mostra o gráfico abaixo:

Figura 1 – Taxa de Analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2018)



Fonte: (IBGE, 2019)

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2018), a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,8% (11,3 milhões de analfabetos).

A taxa de 2017 havia sido 7%, sendo que o número de pessoas de 15 anos ou mais que são analfabetos apresentou uma redução de aproximadamente 121 mil pessoas.

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%), em torno de quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (3,5 e 3,6%, respectivamente). Na Região Norte essa taxa foi 8,0 % e no Centro-Oeste, 5,4.

A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 7% e para as mulheres, 6,6%. Para as pessoas pretas ou pardas (9,1%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,9%).

O nível de instrução foi estimado para as pessoas de 25 anos ou mais de idade, pois pertencem a um grupo etário que já poderia ter concluído o seu processo regular de escolarização. (AGENCIA BRASIL, 2019)

A análise do gráfico comprova a fala de Di Pierro (2019), quando afirma que a exclusão social vai além dos parâmetros educacionais, envolve a localização geográfica, o sexo, a etnia, etc.

Diante de um quadro que nos mostra a continuidade de um processo histórico que remonta a tempos anteriores a implantação do MOBRAL, objeto de estudo desta pesquisa, é que entendemos o quanto se faz importante voltarmos ao nosso passado colonial, escravocrata, no intuito de evitarmos a repetição dos erros de outrora, ou então buscarmos corrigir no presente os erros tais que ainda cometemos, com o objetivo de projetarmos um futuro, onde o analfabetismo seja realmente combatido, com políticas públicas austeras que combata em todos os níveis a exclusão social.

## **2.2 O Analfabetismo – Uma Herança Escravocrata**

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. (FREIRE, 1987, p. 144).

Durante o período colonial brasileiro (1500-1822), nos quase quatro séculos de escravidão os 4,0 milhões de africanos que aqui chegaram já escravizados, vieram de maneira precária amontoados nos navios negreiros, eram maltratados e os que se revoltavam eram reprimidos com muita violência, e muitos morriam durante a viagem.

Reportando-nos ao período colonial, a educação primária era tratada com descaso pela metrópole. Os jesuítas assumiram a missão de educar, mas voltada a pequena elite e aos indígenas, a estes uma educação voltada para a religião, ou seja, conversão ao catolicismo e catequizá-los, eram a priori a missão jesuítica,

Vanilda Paiva em seu artigo “*Um século de Educação republicana*” (1990), pondera que: “a atividade dos jesuítas durante o período colonial foi fundamental para a fixação dos padrões de dominação portuguesa sobre a população indígena”.

Vemos então que já em seus primórdios a educação na colônia seja ela voltada as crianças indígenas ou ao índio adulto, tinha a missão de dominar e legitimar o poder da metrópole sobre a colônia.

Aqui trazemos o pensamento de Vanilda Paiva, em seu *livro História da Educação Popular no Brasil*, a autora pondera que:

[...] O governo português resolvera adotar uma nova política colonizadora em relação ao Brasil, reconhecia-se a “conversão dos à fé católica pela catequese e instrução “como atividade prioritária para o êxito da colonização portuguesa. Tratava-se da aculturação sistemática dos nativos através da educação. (PAIVA, 2015, p. 66).

Para falarmos da educação dos escravos no Brasil, tanto no período colonial quanto no Império, temos que trazer a memória de um tempo de exclusão, de desigualdades sociais, da inexistência da cidadania quando nos referimos aos africanos escravizados em nosso país, José Murilo de Carvalho, afirma em seu livro *“Cidadania no Brasil O longo caminho”*: “não se poderia esperar dos senhores qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou dependentes”.

Citando ainda Carvalho, no que diz respeito a cidadania no Brasil colonial, vejamos as palavras do historiador:

A situação da cidadania na Colônia pode ser resumida nas palavras atribuídas por Frei Vicente do Salvador a um bispo de Tucumán de passagem pelo Brasil. Segundo Frei Vicente, em sua *História do Brasil, 1500-1627*, teria dito o bispo: “Verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.” Não havia república no Brasil, isto é, não havia sociedade política; não havia “repúblicas”, isto é, não havia cidadãos. (CARVALHO, 2018, p. 29).

No Brasil colônia o acesso da população à educação é precário, “a educação popular é praticamente inexistente” (PAIVA, 2015) quanto ao público adulto sequer havia a menção de política pública para esses sujeitos, e nesse cenário inclui-se os colonos brancos e pobres. A educação popular do Brasil colonial resume-se a catequese visando a conversão do gentio e do africano escravizado ao cristianismo, e ao mesmo elitizada, de responsabilidade dos jesuítas.

Essa situação muda com as reformas pombalinas, e a expulsão dos jesuítas, mas as reformas em nada contribuíram para que se instaurasse na colônia uma política educacional visando à instrução pública, a alfabetização do povo como um todo, haja vista que de acordo com Paiva “o analfabetismo dominava não somente

as massas e a pequena burguesia, mas se estendia até a alta nobreza e à Família Real” (PAIVA, 2015).

Mediante a isso vemos que a vinda da Família Real para a Colônia em 1808, embora tenha trazido mudanças no âmbito da educação, as mesmas foram destinadas a atender a demanda daquele momento ou seja a necessidade de criação de instituições de ensino superior, uma vez que a colônia brasileira havia se tornado o centro da administração da Coroa Portuguesa. Mas com relação a educação elementar e a educação voltada aos adultos não houve progressos, podemos pensar que a instrução educacional foi pensada de cima para baixo visando atender a elite real que aqui se instalara.

As classes populares seguiam sendo relegadas a segundo plano, não havia interesse da Coroa, a educação de jovens e adultos não era prioridade.

Quanto a pratica de instrução para os negros no Brasil é pensarmos que a condição de escravo, define a exclusão social e educacional dos africanos e seus descendentes. De acordo com Maria Helena Camara Bastos em seu artigo *A Educação dos escravos e libertos no Brasil*, “a legislação proibia a educação das crianças escravas, e não de crianças negras libertas, no entanto havia a negação sim por parte das autoridades à educação de cativos libertos” (BASTOS, 2016).

Com a proclamação da independência em 1822, a partir da Constituição Imperial outorgada por D. Pedro I em 1824, que regulamentou a educação primária gratuita para todos os cidadãos, foi uma lei morta, que ficou no papel, lembrando que conforme José Murilo de Carvalho em nosso país “não havia cidadãos”, ou como pondera Santos (2015):

A maior parte da população continuava sem ter educação sistematizada. Vale ressaltar que nem todos eram considerados cidadãos, onde houve lentamente discussões acerca de como ofertar educação para as classes inferiores, os “não cidadãos”: homens e mulheres escravos, livres, negros e libertos. (SANTOS, 2015, p. 18).

No período regencial o Ato Adicional de 1834, traz um novo momento com um pouco mais de significado para a educação de jovens e adultos no período do império, porque delegou as províncias a responsabilidade da educação primária e secundária da população incluindo a educação dos adultos, contudo mais uma vez vemos que entre a lei que determina o espaço da educação dos jovens e adultos como sendo um direito existia uma distância muito grande.

Compreendemos que o Ato Adicional de 1834, foi uma iniciativa legal imbuída de uma perspectiva positiva para a educação dos adultos, nas palavras de Paiva (1990) “o Ato Adicional de 1834 foi um dos instrumentos legais mais importantes na nossa história educacional”.

No entanto como um direito não foi uma realidade, porque as condições das províncias para manter os custos da instrução pública, eram precárias essa situação agravou ainda mais, pois o governo central baseado na lei, entendia que não tinha obrigação de prestar auxílio financeiro às províncias e as consequências foram a marginalização, a desigualdade e o preconceito, que ganharam proporções cada vez maiores.

De acordo com Paiva (1990), foi a interpretação da lei pelo governo central que caracterizou a “precariedade dos serviços provinciais da educação”, a autora afirma que: “A interpretação recebida pela lei foi no sentido de entender que ela proibia qualquer intervenção do governo central no âmbito do ensino elementar, até mesmo a ajuda financeira”.

Sem condições, sem recursos e sem qualquer ajuda do governo regencial, a educação elementar é tratada com descaso, e a educação dos adultos tem em sua prática uma ação de caráter missionário, às pessoas das classes mais pobres e as pessoas analfabetas vistas como dependentes da solidariedade e da caridade das pessoas letradas, o que fazia com que só aumentasse as diferenças entre as classes sociais e a marginalização das pessoas analfabetas e sua consequente exclusão social.

Em seu artigo *Breve História sobre a Educação de Jovens e adultos no Brasil*, Strelhow (2010) afirma que “o letramento dessas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas”.

No Segundo Reinado (1840-1889), o Brasil ainda vivia sob as consequências de uma política colonial portuguesa que isolou a colônia no que diz respeito ao conhecimento cultural. Assim sendo nosso sistema educacional era praticamente inexistente, naquela sociedade a maioria não dominava a escrita e a leitura, e o letramento não era considerado importante, para a sociedade até praticamente a segunda metade do século XIX.

Vanilda Paiva, argumenta que é preciso entendermos que o sistema econômico e social vigentes, não favoreciam a educação popular, nas palavras da autora:

A descentralização de ensino primário e suas consequências podem ser melhor entendidas se temos presente que nosso sistema econômico social não favorecia a educação popular; em 1823, possuíamos uma população de 4 milhões de habitantes, dos quais quase 1.200.000 escravos; em meados do século para 5.520.000 habitantes livres contávamos com 2.500.000 escravos; mais de 30% da população estava a priori excluída de qualquer participação de caráter educativo sistemático (PAIVA, 2015, p. 73).

A partir de 1870, o cenário socio econômico do Brasil começava a passar por mudanças, o país vive um surto de crescimento econômico, e ao mesmo tempo recebe as influências das ideias liberais europeias principalmente da França, onde a educação pública, laica e estatal já havia se firmado. De acordo com Beisiegel (2004 apud PRADO, 2017 p. 19):

As teses liberais em defesa do ensino primário público e obrigatório encontraram fortes ressonâncias no Brasil pela influência do liberalismo Europeu, principalmente na França, onde a educação pelo Estado se afirmava como uma das mais fortes linhas de reivindicação liberal, em oposição às teses de liberdade do ensino que exprimiam os interesses monopolizadores da Igreja.

Ainda segundo o autor,

O pensamento liberal no Brasil, nesta época, pelos seus “representantes mais autênticos empenhava-se na defesa da libertação do trabalho, da autonomia regional e da liberação das consciências oprimidas, seja por uma religião oficial, seja pela organização dada a vida política e administrativa do país. (BEISIEGEL, 2004 apud PRADO, 2017, p. 20).

No entanto, devemos lembrar que a instrução popular estava a cargo das províncias e eram regidas pelo Ato Adicional de 1834, que não deixava “explícito se apenas as províncias poderiam legislar sobre a instrução pública”, (PAIVA, 2015).

Deste modo vemos que no Segundo Império, a educação popular é precária instituída de maneira irregular, nesse contexto temos que o governo central encarregou-se da educação voltada para a elites, no entanto é preciso mencionarmos que nos anos que antecedem a Proclamação da República, temos uma iniciativa muito importante para a educação popular: A reforma Leôncio de Carvalho (1878), transformada em Lei por Decreto em abril de 1879.

Recorremos novamente aos ensinamentos de Vanilda Paiva, acerca do que foi a Reforma, a mestra pondera que:

A reforma de 1878 considerava obrigatório o ensino entre 7 e 14 anos, eliminando a proibição quanto aos escravos. [...] A reforma Leôncio de Carvalho enfatizava a necessidade de promover a criação de cursos elementares noturno; estava em discussão a Lei Saraiva e a ênfase sobre a educação dos adultos ligava-se à reforma eleitoral “para cujo êxito poderosamente contribuirá o desenvolvimento da instrução popular”, pois tornava-se a eleição direta e introduzia-se a restrição ao voto do analfabeto. (PAIVA, 2015, p. 81).

Stephanou e Bastos (2011) enfatizam que no período imperial, aconteciam várias discussões nas assembleias provinciais a respeito de como organizar a instrução pública e “de como se dariam os processos de inserção das então denominadas “camadas inferiores da sociedade” (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos livres e libertos”.

A respeito da criação de cursos noturno, apontadas na reforma de 1878, as autoras destacam que:

Várias são as referências, nos documentos da Instrução Pública do período, as aulas noturnas ou as aulas para adultos existentes em diversas províncias. Em 1885, em Pernambuco, por exemplo, o Regimento das Escolas de Instrução Primaria traz, detalhadamente, as prescrições para o funcionamento dessas escolas, destinadas a receber alunos maiores de 15 anos. (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 260).

Em relação às escolas noturnas para os adultos, embora tenham sido instaladas em províncias como no Pará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Rio de Janeiro, etc não duraram muito tempo, é o que pondera Paiva (2015, p.195):

[...] As escolas criadas nos anos 70 não lograrão sobreviver durante muito tempo, extinguindo-se um grande número delas. Na verdade, o estabelecimento de tais escolas não correspondia à demanda ou a pressão pela ampliação das oportunidades educativas para adultos, mas sim à difusão de ideias acerca da necessidade de tais escolas.

Com a Lei Saraiva (1882), desenvolve-se um debate político em torno da educação dos adultos, porque uma grande parte da população livre era analfabeta, além do voto depender da pessoa saber ler e escrever, havia também o critério da renda que diminuía ainda mais o número de eleitores, fazendo com que a questão do voto e a questão educacional, fizessem parte de um jogo de interesses políticos, ou seja o acesso à educação somente aqueles que pudessem pagar para ter

instrução, atendia aos interesses de uma minoria elitizada, e a um sistema político patriarcal, que controlava o voto da maioria pobre e iletrada.

Destarte a Lei Saraiva, faz com que o analfabetismo ganhe maiores dimensões, pois além de se negar aos escravos a educação por que não eram considerados cidadãos, aos homens e as mulheres livres e pobres, além da educação negava-se também o direito ao voto também pela sua condição financeira, assim os sujeitos ficam excluídos do processo eleitoral por serem pobres e analfabetos, tornando-os marginalizados dentro de uma sociedade que lhes nega a voz política, e a alfabetização passa a ser associada a ideia de elevação da classe social.

Ao final do Império, com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, apesar de terem conseguido a liberdade e terem sido, como afirma José Murilo de Carvalho (2018) em seu livro *Cidadania no Brasil* “incorporados aos direitos civis, uma incorporação que foi mais formal do real”, um dos direitos sociais negado aos recém libertos foi a educação, pelo fato de que o escravo era propriedade do senhor, não tinha os direitos civis básicos.

Na Primeira República os índices de analfabetismo só aumentou, pouco foi feito pela educação popular e para a educação dos adultos, todo o processo educacional visava atender os interesses das elites.

No cenário da República a história da educação brasileira traz as marcas da discriminação, desigualdade, exclusão social, e as poucas políticas públicas visam atender aos governos centrais e as elites, e vemos o analfabetismo como um processo social forjado dentro do processo escravista brasileiro, uma herança da escravidão marcada pela desigualdade social, preconceitos, que permanecem até os dias de hoje arraigados em nossa sociedade.

A partir da Primeira Constituição republicana (1891), temos a proibição ao voto do analfabeto, e a eliminação da seleção do eleitorado através da renda, Stephanou e Bastos (2011) afirmam que “o censo de 1890 mostrava que mais de 80% da população brasileira era analfabeta, o que gerou entre os intelectuais brasileiros um sentimento de “vergonha”, diante dos países adiantados”.

Paiva concorda com a fala das autoras acima citadas quando afirma que:

O censo de 1890 informava da existência de 85,21% de iletrados na população total, [...] Esses índices eram motivo de vergonha para a intelectualidade brasileira do início do século; era preciso colocar o Brasil



entre os “países cultos”, elevando o nível cultural da Nação (PAIVA, 2015, p. 95)

Diante do exposto vemos que nas primeiras décadas do século XX, iniciou-se ações que visavam intensificar a instrução educacional com o objetivo de se exterminar esse “mal” chamado analfabetismo.

Stephanou e Bastos (2011, p. 262) relatam que:

Foram muitas as campanhas pela alfabetização no período. Ao lado de associações que congregavam intelectuais, vários estados, muitos dos quais administrados pelos “renovadores” tomaram iniciativas diversas em relação a questão, na medida em que gozavam de autonomia para implantarem seus próprios sistemas de ensino. Não havia uma política nacional e centralizada de educação.

A questão do analfabetismo passa a ser o centro de discussões entre os educadores preocupados, com os altos índices de analfabetismo no Brasil, uma vez que tais discussões aconteciam pelo mundo, de acordo com Paiva em seu artigo “*Um século de Educação Republicana* (1990), o analfabetismo “é uma questão que atravessa esse século republicano, ela emerge com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), que derruba a barreira da renda, mas estabelece a proibição do voto do analfabeto.”.

Nos anos de 1910 a 1920, aumentam as ações e mobilizações políticas e sociais, em favor da educação, nesse período iniciou-se a formação de “Ligas”, como por exemplo, a Liga Brasileira contra o analfabetismo criada em 1915, no Clube Militar do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (1924), no interior dessas instituições os discursos eram acalorados e pretendia-se acabar com o analfabetismo e a ignorância da população brasileira.

O país mobilizou-se e as ações vinham de várias partes do país, porém ao mesmo tempo em que os intelectuais viam o analfabetismo “como uma vergonha nacional”, de acordo com Stephanou e Bastos (2011), “no interior mesmo da intelectualidade, havia certo temor em que a alfabetização pura e simples, se não viesse acompanhada de uma formação moral, se transformasse em uma arma que, por sua própria natureza é perigosa”.

As autoras citam ainda a afirmação de Carneiro Leão, (apud STEPHANOU; BASTOS, 2011) em 1916 ele afirma que “temia que a alfabetização generalizada pudesse aumentar a “anarquia social, diante disso podemos visualizar nessa fala

que esse pensamento perpassa pelas décadas seguintes, a educação em massa segue sendo vista como perigosa e que o povo devia ser alfabetizado e ao mesmo tempo receber uma formação moral, voltada ao trabalho e a manutenção da ordem e do progresso.

As propostas de educação popular, vão ser elaboradas de maneira que atenda as preocupações das elites e também dos intelectuais e ao mesmo tempo aos interesses do setor industrial, porque nesse contexto não podemos esquecer-nos das transformações econômicas que o país está vivenciando, a economia brasileira está deixando de ser essencialmente agrária, para entrar na fase da industrialização, ou seja, para o povo uma educação atrelada à formação moral, para que o mesmo não se transformasse em uma “arma perigosa”, e ao mesmo tempo uma educação tecnicista para atender a demanda industrial.

Quando chegamos à década de 1930, temos a instauração do período político conhecido com a “Era Vargas”, a Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder entre 1930 a 1945, foi um marco no que se refere ao papel do Estado no Brasil, a partir da posse de Vargas, temos um governo dividido em três fases<sup>6</sup>, marcado pelo autoritarismo, contudo uma de suas primeiras ações foi criar em 1930 o Ministério dos Negócios e Saúde Pública; a Constituição de 1934 traz como proposta o Plano Nacional de Educação sob a coordenação e fiscalização do governo federal, a Constituição estabelecia também o ensino elementar integral, obrigatório, gratuito e estendido as pessoas adultas, para Strelhow (2010) “esse foi o primeiro plano na história da educação brasileira que tem um tratamento específico para a educação de jovens e adultos”.

As décadas de 1930 a 1940 são apontadas como período de grandes mudanças, com a expansão industrial e das forças produtivas advindas da modernização capitalista que permitiu uma mobilidade social, ampliando o mercado de trabalho e o mercado comercial, nesse contexto a educação passa a ser considerada como um caminho de inserção social.

A educação é vista como uma mola propulsora do progresso, um instrumento para a reconstrução nacional, e dentro desse quadro o discurso pedagógico retoma a questão do analfabetismo como o principal problema da Nação causa de todas as nossas dificuldades, (PAIVA, 2015).

---

<sup>6</sup> O governo de Vargas compreende três fases: Governo Provisório (1930-1934); governo a partir da Constituição (1934-1937); o Golpe de Estado (1937-1945), marcado por ser autoritário e antiliberal.

Mediante a isso antes mesmo da Constituição de 1934, foi em lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que de acordo com Saviani em seu texto “Regulamentação do Nacional do Ensino”:

O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova “que após diagnosticar o estado da educação no Brasil afirmando que “todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país”, [...] o manifesto é um documento de política educativa em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública. (SAVIANI apud STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 29)

No contexto de Estado Novo (1937-1946), temos um período fértil para a educação de adolescentes e adultos, com a criação em 1938 do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e de acordo com Haddad e Di Pierro, em seu artigo intitulado “*Escolarização de Jovens e adultos*” publicado na Revista Brasileira de Educação em 2000, os autores salientam que:

Com a criação em 1938 do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – e através de seus estudos e pesquisas, instituiu-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário. Através dos seus recursos, o fundo deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945 o fundo regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110-111).

Embora seja o Estado Novo conhecido como um regime político autoritário, que dava ênfase a uma educação profissionalizante, ao a ensino superior e a uma melhor capacitação da mão de obra, foi nesse período que a educação de jovens e adultos teve avanços consideráveis, e ao mesmo tempo passa a receber uma atenção do ponto vista político-ideológico, ou seja a educação de jovens e adultos como uma estratégia política visando a ampliação das bases eleitorais e como um veículo de difusão ideológica (PAIVA, 2015).

Ao mesmo tempo com o fim da Segunda Guerra Mundial, temos em novembro de 1945 a criação da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que nas palavras de Haddad e Di Pierro (2000), “denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar educação, em especial a educação de jovens e

adultos, no processo de desenvolvimento das nações categorizadas como “atrasadas”.

A partir dessas declarações cresce a constituição de campanhas e movimentos em prol da educação de adultos, incentivadas pela UNESCO, pois o analfabetismo e o analfabeto eram visto como causa do subdesenvolvimento do país, em 1947 foi realizada pelo governo a primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

Arruda (2018) em seu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, afirma que a CEAA foi uma “iniciativa inédita que previa a alfabetização em até 90 dias.

Neste sentido, foram implantadas muitas instituições de ensino supletivo para as populações carentes”, o governo implanta essa campanha justamente por sofrer as pressões internacionais em relação aos altos índices de analfabetismo.

Na década de 1950 o governo cria outra duas campanhas organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura; em 1952 – a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) com o intuito de oferecer alfabetização aos adultos da região Nordeste. Para o governo daquela época, a importância da escolarização dos adultos era fundamental para a democracia, a cidadania e o desenvolvimento do país (ALMEIDA; CORSO, 2015). Em 1958 é lançada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que tem como objetivo sanar alguns dos problemas apresentados pela CEAA, como por exemplo, “as precárias condições de funcionamento, a baixa frequência e o aproveitamento dos alunos, a má remuneração dos professores e sua conseqüente desqualificação, e a inadequação de programas e do material didático a sua população” (ALMEIDA; CORSO, 2015).

No entanto que como afirmam Haddad e Di Pierro (2000) “a influência da CEAA e da CNER foi significativa, no entanto ambas as campanhas tiveram vida curta e pouco realizaram”.

Destarte, devemos ressaltar que do final da década de 1940 até o fim da década de 1950, houve por parte do governo um engajamento maior em relação a educação de jovens e adultos, chamou mais para si as atribuições e responsabilidades em relação a esses sujeitos que não puderam ou tiveram seu direito a educação negados.

Chegamos ao final da década de 1950 e início dos anos de 1960, assinalando o fracasso das campanhas e dos programas do governo em sua luta contra o analfabetismo, e paralelo a isso o início da década de 1960 é marcado por uma

efervescência política, o Brasil vivia o populismo dos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, que provocava mudanças na sociedade, na economia, e essas mudanças se faziam sentir também nas práticas públicas voltadas a educação de adultos.

Nos primeiros anos da década de 1960 até o ano de 1964 quando o Brasil sofreu o golpe civil-militar que depôs o governo populista do presidente João Goulart, quando “Jango” como era conhecido foi deposto o Brasil vivia o auge do populismo, a sociedade vivia o crescimento e ascensão da classe trabalhadora, e a educação de adultos passa a ter importância e presença no cenário político.

Começava a surgir vários movimentos que foram denominados Movimentos de Cultura Popular – os MCP, voltados para educação de jovens e adultos, entre os anos de 1959 a 1964, podemos citar uma síntese dos movimentos populares realizada por Osmar Fávero (S/D, p.01).<sup>7</sup>

Maio 1960 MCP - Movimento de Cultura Popular, criado inicialmente no Recife, depois estendido a várias outras cidades do interior de Pernambuco, quando Miguel Arraes era respectivamente prefeito da Capital depois governador do Estado.

Fev. 1961 Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, criada em Natal, na gestão de Djalma Maranhão na Prefeitura Municipal e Moacyr de Góes na Secretaria de Educação. Mar. 1961 MEB - Movimento de Educação de Base, criado pela CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil, com apoio da Presidência da República.

Mar. 1961 CPC - Centro Popular de Cultura, criado por Carlos Estevam Martins, Oduvaldo Viana Filho e Leon Hirzman, na UNE - União Nacional dos Estudantes e difundido por todo o Brasil pela UNE Volante, em 1962 e 1963.

Jan. 1962 Primeira experiência de alfabetização e conscientização de adultos, feita por Paulo Freire no MPC (Centro Dona Olegarinha); logo depois, no início de sua sistematização no Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife.

Jan. 1962 CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba, criada por profissionais recém-formados, oriundos da JUC - Juventude Universitária Católica, e por estudantes universitários.

Set. 1962 Campanha de Alfabetização da UNE, a partir de experiência iniciada no então Estado da Guanabara, em out. 1961; depois do Movimento Popular de alfabetização.

Jan. 1963 Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Sistema Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte.

Jul. 1963 Experiência de Brasília, ponto de partida para a adoção do Sistema Paulo Freire em vários Estados, no bojo das ações de Alfabetização e Cultura Popular patrocinada pelo Ministério de Educação e Cultura.

21 Jan. 1964: Criação do Plano Nacional de Alfabetização, com implantação iniciada na Baixada Fluminense, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>7</sup> FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: primeiros tempos. S/D, pp.1-11. Disponível em:< [http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Paulo\\_Freire\\_primeiros\\_tempos.pdf](http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Paulo_Freire_primeiros_tempos.pdf)>. Acesso em: 28/08/2019.

Fávero (S/D) destaca que esses movimentos em prol da educação de adultos e que atuaram no combate ao analfabetismo, trouxeram em sua prática ações políticas, no que diz respeito ao ato de educar, e que por esse motivo esses movimentos foram diferentes dos anteriores, veja o que diz o estudioso:

Esses movimentos operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação de base, promovidas na década de 50. Foram propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores. E o que as fez radicalmente diferentes foi o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, e o fato de terem orientado sua ação educativa para uma política renovadora. Significaram ainda um capítulo especial da história da educação brasileira, quando a “luta contra o analfabetismo” da população adulta foi liderada por amplos setores da sociedade civil (igrejas, estudantes, profissionais liberais), que passaram a promover ações educativas bastante originais. Para tanto, buscaram e conseguiram o apoio do Estado, sem se valer, todavia, das desgastadas “perspectivas pedagógicas” do MEC. Marcaram também o momento em que, par-a-par com certas iniciativas e às vezes por elas respaldadas, alguns governantes originados de partidos políticos de oposição (Recife e Natal, particularmente, no caso do Nordeste) assumiram, frente ao eleitorado mais necessitado, o compromisso de expansão da escola primária e da alfabetização de adultos, numa linha política diferente das anteriores. (FÁVERO, S/D, p.02).

Vale salientar que o Brasil vive um governo populista, o governo de João Goulart (1961-1964), e que a sociedade brasileira ainda era composta de uma maioria analfabeta, que não tinha direito a voto, que encontrou no governo de “Jango”, uma abertura para reivindicações por parte da população que vinha lutando por melhores condições, era um momento de inquietude da população brasileira que clamava por transformações, em todas as esferas da sociedade, além disso, é nessa conjectura que ganha espaço uma nova maneira de enxergar o analfabetismo e o analfabeto, que era visto como sujeito dependente, incapaz, sem cultura, culpado do atraso do país.

É a construção dessa idéia sobre o analfabeto que fez com a sociedade, ou melhor, as classes mais abastadas, desenvolvesse uma cultura de marginalização desses sujeitos, que eram vistos como “impotentes, sem inteligência, sem capacidade de melhorar sua vida e as situações sociais”, (Santos, 2015).

É nesse cenário que ganha destaque o educador e sociólogo Paulo Freire e sua educação conscientizadora e libertária, que propõe uma nova maneira de

pensar o homem, Paiva (2015) discorre com maestria sobre as propostas educacionais do sociólogo e seu modo de pensar a educação, naquele período de transformações e mudanças, onde a preocupação era com a busca de novos métodos para a educação de adultos que promovessem a cultura popular, de acordo com a autora, para Freire a educação:

Haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir. [...] Esta educação corajosa, exigia um método que permitisse ao educador ajudar o homem a ajudar-se, a fazer-se agente de sua própria recuperação através de uma postura conscientemente crítica diante de seus problemas, (PAIVA, 2015, p. 280).

Paulo Freire e sua proposta de uma educação conscientizadora, libertária, dialógica, assim como seus métodos de implantação do Plano Nacional de Alfabetização – PNA, são assuntos que trataremos no segundo capítulo dessa pesquisa.

Uma educação corajosa aos moldes do pensamento Freiriano encontrou espaço no início da década de 1960, no governo de João Goulart, sobretudo porque o fracasso dos programas de alfabetização ao longo das décadas anteriores e as importantes mudanças na política, na sociedade e na economia suscitaram transformações também nas políticas públicas de educação.

Contudo João Goulart ser um político progressista que defendia as reformas de base e algumas de suas propostas de reforma como, por exemplo, a reforma agrária, a reforma eleitoral que previa a volta do Partido Comunista e o voto dos analfabetos, que contavam 60% dos brasileiros à época, incomodou os grupos políticos de direita, as Forças Armadas, e uma boa parcela da elite brasileira, e o golpe militar começa a ser arquitetado.

Embora as campanhas que surgiram entre as décadas de 1940 a 1960, não tivessem atingido os objetivos de erradicar o analfabetismo, foi nesse período que a educação de jovens e adultos foi difundida com maior ênfase, e os efeitos dessa difusão de acordo com Paiva (2015) refletiram nas eleições de 1960, que levou à presidência da República Jânio Quadros (1960-1961).

Paiva afirma que:

Nas eleições de 60 já se faziam sentir os efeitos da difusão do ensino elementar em geral e do programa de educação de adultos da CEAA: o

eleitorado havia crescido em quase 50% entre 1950 e 1960 (7,9 milhões de eleitores em 1950 e 11,7 milhões em 1960). A votação para a presidência da república revelou a desobediência do eleitorado aos seus líderes tradicionais. [...] Mostrava-se a difusão do ensino como poderoso aliado contra a política dos currais eleitorais, ao menos em relação à escolha do governo da União. Jânio Quadros, eleito sem compromisso com as oligarquias tradicionais [...]. PAIVA (2015, p. 232).

Jânio Quadros renunciaria sete meses após ter sido eleito, e a partir da posse ainda que conturbada de João Goulart, que a educação dos adultos “receberá uma ênfase toda especial” (Paiva,2015) Goulart percebe a importância da educação elementar e em seu governo que foi “marcado pelo populismo, pelo nacional desenvolvimentismo e pelas reformas de base , a educação de adultos é vista como forte instrumento de ação política”: afinal, mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política nacional, por ser analfabeta”. (STEPHANOU; BASTOS, 2011).

Nos anos de 1960-1964, surgem os movimentos de conscientização da sociedade civil, o analfabetismo não é mais visto como causa de pobreza e sim como efeito de uma sociedade desigual e excludente, ganha espaço os movimentos de educação e cultura popular (já citados), inspirados nas ideias de Paulo Freire, em 1963 acontece o I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, “visou-se com isso fazer o intercâmbio de informações acerca das experiências de cada movimento” (SANTOS, 2015).

Em 21 de Janeiro de 1964, temos um momento importante na história da Educação de jovens e adultos foi regulamentado o Programa Nacional de Alfabetização pelo Decreto no. 53.465 através do MEC e com o apoio de Paulo Freire, nasce a partir de então o Plano Nacional de Alfabetização, que como já foi dito será estudado no segundo capítulo.

Mas a prática da educação desenvolvida por esses movimentos que tinham em seu bojo a conscientização da população em relação ao momento político que o Brasil vivia, o governo de “Jango”, não era aceito pelos militares, incomodava a direita e ao grupos conservadores da sociedade civil, o comprometimento desses movimentos e de seus educadores, com a educação elementar, e com a alfabetização dos adultos, não agrada e vai contribuir para os acontecimentos que culminaram no golpe civil-militar perpetrado em 31 de março de 1964.



Com a implantação do regime militar, em primeiro de abril de 1964, todos os movimentos educacionais foram violentamente interrompidos, seus líderes e colaboradores, educadores, foram perseguidos, presos e todo o material didático recolhidos pelos militares, Cunha e Góes assim disseram “os movimentos de cultura popular foram destruídos e seus educadores e aliados cassados, presos e exilados”. (CUNHA; GÓES, 1985).

Começava um novo cenário na sociedade brasileira, e uma nova política educacional é implantada – o MOBRAL, e suas peculiaridades serão estudadas no segundo capítulo dessa pesquisa.

Ao término desse capítulo onde recordamos a história da educação brasileira desde o período colonial até o início dos anos de 1960, o que se conclui é que em nossa história educacional há uma ausência de políticas públicas que oferecessem a educação como um direito de todos sem distinção e que primassem pela construção de um povo emancipado, e que realmente participassem da construção da soberania nacional, e que principalmente combatesse a exclusão social em todos os seus níveis, ao contrário a educação foi usada como um mecanismo de dominação e que servisse aos interesses políticos, sociais e econômicos dos governantes e das classes mais abastadas.

A educação brasileira sofreu no decorrer da sua história o peso de uma herança escravocrata que até hoje impacta em nossa sociedade: os altos índices de analfabetismo, é um grave problema enraizado em nossa sociedade, desde os tempos coloniais.

No segundo capítulo dessa pesquisa vamos estudar o analfabetismo com enfoque na educação de jovens e adultos, no contexto da ditadura civil-militar, traremos a história do MOBRAL, sua origem, sua base legal e sua trajetória como uma política pública a serviço do regime autoritário instaurado em 31/03/1964, contudo se faz mister recordarmos o Plano Nacional de Alfabetização – PNA, a partir de 1963, quando o mesmo já estava sendo conduzido por Paulo Freire, onde abordaremos a política educacional por ele defendida para a educação popular, que foi duramente rechaçada pela ditadura-militar.

### **3 POR QUE O MOBRAL?**

#### **3.1 O Plano Nacional de Alfabetização e as Contribuições de Paulo Freire**

Neste capítulo trataremos da política educacional do governo militar. Por que o regime militar substituiu o Plano Nacional de Alfabetização – PNA, ou seja, por que o MOBRAL?

Para que possamos responder ou pelo menos tentarmos entender por que o regime militar acabou com o PNA, e por que as concepções de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos, foram consideradas uma ameaça pelos militares, precisamos fazer aqui uma breve retrospectiva da política educacional desenvolvida dentro do Programa Nacional de Alfabetização, onde destaca-se o pensamento do educador Paulo Freire, e sua condução no processo de elaboração do PNA.

Paulo Freire e suas contribuições para a educação, sobretudo sua luta no combate ao analfabetismo, serão abordados nesse primeiro item, dentro de uma temática histórica, não nos aprofundaremos nas questões pedagógicas, métodos e materiais, por não ser esse o objeto do nosso estudo, mas sim a análise das mudanças proposta por Paulo Freire, na elaboração de políticas educacionais, que objetivassem a construção de uma consciência tanto individual quanto coletiva dos indivíduos analfabetos, que tanto incomodou o governo militar instaurado a partir do golpe civil-militar.

O pensamento de Paulo Freire ganha destaque no início do governo de João Goulart pois o educador já nos idos de 1950, propunha uma “educação corajosa”, na qual o analfabeto seria “sujeito” de sua alfabetização. Uma educação que propiciasse ao educando uma reflexão sobre suas potencialidades, para isso, cabia ao educador “ajudar o homem a ajudar-se” e assim adquirir uma “postura conscientemente crítica diante de seus problemas” (PAIVA, 2015). Para o sociólogo educar não implicava “técnicas neutras de alfabetização, mas formação crítica do indivíduo, afastando-o de concepções enraizadas e preconceituosas na qual o analfabeto era um sujeito “incapaz” (SANTOS, 2014) e dependente de ações assistencialistas de uma pequena parcela da sociedade elitizada e dominante.

Como já recordamos no primeiro capítulo a década de 1960, foi muito fértil no que diz respeito a ações voltadas a educação de adultos e ao combate ao analfabetismo, com o surgimento dos MCPs, devidamente já elencados no capítulo anterior, e foi através desses movimentos que Paulo Freire colocou em prática suas ideias filosóficas e seu sistema de educação para os adultos.

É importante ressaltarmos que nesse cenário pré-ditadura militar, cresciam os movimentos sociais de esquerda, alguns setores da Igreja Católica precisamente a juventude católica, também queriam mudanças na realidade brasileira, principalmente no que se referia à conscientização política e a participação do povo na vida política do país, bem como a valorização da cultura popular, essas iniciativas vão nascer dentro dos MCPs, e dos Centros Popular de Cultura – CPCs.

Osmar Fávero e Elisa Mota (2016), em texto apresentado no VIII Seminário de Memória da UNICAMP, intitulado: *Educação popular e educação de jovens e adultos: memória e história*, trazem uma síntese do que foram esses movimentos de cultura popular em prol da educação de adultos no Brasil:

Os movimentos de cultura e educação popular, criados no início dos anos de 1960, operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de adolescentes e adultos ou de educação rural das décadas de 1940/1950. São propostas diferentes das ações anteriores e o que as faz radicalmente diferentes é o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para a ação política. Assumiam outra concepção do analfabeto e outro entendimento do analfabetismo; partiam da cultura popular como matriz para a educação popular, o que gerou novas expressões na produção do cinema, do teatro e na poesia e possibilitou a “invenção” de novos materiais didáticos e a formação de nova geração de “educadores populares”. (FAVERO; MOTTA, 2016, p. 3)

Soares e Galvão (2011), seguem nessa mesma linha de pensamento e ressaltam as diferenças desses movimentos de educação e cultura popular em relação às campanhas realizadas pelo governo, para os autores:

Os movimentos surgem da organização da sociedade civil, visando alterar o quadro socioeconômico e político. Conscientização, participação e transformação social foram conceitos elaborados a partir da realização de suas ações. [...] A alfabetização de adultos deveria contribuir para a transformação da realidade social. O saber e a cultura populares são valorizados e o analfabeto considerado produtor de conhecimentos. (SOARES; GALVÃO apud STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 269).

Esses movimentos surgem em várias regiões do país, destacamos aqui a região do nordeste, o estado de Pernambuco, em Recife no Centro de Cultura D. Olegarinha, onde Paulo Freire destacou-se com seu método ou sistema de educação e alfabetização para jovens e adultos analfabetos.

Não nos debruçaremos aqui na biografia desse grande pensador, sociólogo e educador brasileiro, que se projetou mundialmente e seu sistema que foi adotado em vários países da América Latina, e em países da Europa e África, mas não podemos deixar de citar alguns trabalhos, artigos e autores que estudaram a vida e a obra de Paulo Freire, Batista (2011) em seu artigo *A Concepção da ética na educação popular e o pensamento de Paulo Freire*, Silva (2015) em sua tese de mestrado *O Pensar certo e a educação na obra de Paulo Freire* e por fim o trabalho de Carlos Rodrigues Brandão (2005) trata-se de um artigo que é também uma fotobiografia de Paulo Freire, intitulado: *Paulo Freire: educar para transformar*, um trabalho rico imagético, onde as fotografias falam mais que as palavras, que vale a pena ser lido.<sup>8</sup>

Sobre esse grande educador brasileiro, assim escreveu Brandão (2005, p. 7):

Paulo Freire é um pensador e educador brasileiro. Ele viveu a sua vida, aqui no Brasil e em outros países do mundo, entre o começo dos anos 20 e o quase final dos anos 90 do século XX. Entre nós, poucas pessoas marcaram tanto as idéias e os ideais desses anos todos quanto esse homem que dedicou a sua vida e o seu trabalho à formação de crianças, de jovens e de adultos por meio da educação.

Paulo Freire foi encarregado pelo governo federal no ano de 1963 para desenvolver o Programa Nacional de Alfabetismo e elaborar um Plano Nacional de Alfabetização. Neste contexto a educação tomou novos rumos e passou a ser vista em outras perspectivas, “o analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária”. (SOARES, 1996 apud PORCARO, 2007).

Freire ganhou destaque quando à frente das experiências em Recife e Angicos, com seu método de alfabetização, nos primeiros anos da década de 1960, recorreremos novamente a Brandão (2005) que relata como se deu essa experiência

---

<sup>8</sup> Projeto Memória “Paulo Freire - educar para transformar”. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ipf/20130619042331/Freire.pdf>  
Acesso em 12/04/2020

que projetou para todos os centros de cultura e movimentos pela alfabetização de adultos o Método ou Sistema de educação Paulo Freire:

Em 1962, o governador do Rio Grande do Norte convidou Paulo Freire e sua equipe para aplicar o método de alfabetização recém-criado em uma região do sertão do Nordeste. A pequena cidade de Angicos foi escolhida e ali, ao redor de um primeiro “Círculo de Cultura”, eles viveram com entusiasmo uma experiência pioneira de alfabetização de trabalhadores rurais iletrados, jovens e adultos. Os primeiros resultados foram muito animadores. Antes dessa, uma outra experiência-piloto havia sido realizada em Recife. Paulo Freire comentou desta maneira o que viveu em Angicos: Aceitas pelo Sr. Governador do Estado as nossas exigências para realizarmos a primeira etapa do sistema – a de não interferência partidária, a da independência técnica, de fazermos uma educação que se voltasse para a libertação do povo, para a sua emancipação interna e externa –, iniciamos a preparação das equipes que atuariam em Angicos e em Natal. Trezentos homens eram alfabetizados em Angicos em menos de 40 horas. Não só alfabetizados. Trezentos homens se conscientizavam se alfabetizavam em Angicos. Trezentos homens aprendiam a ler e a escrever, e discutiam problemas brasileiros. (BRANDÃO, 2005, p.03)

Abaixo segue fotos que retiramos do trabalho de Brandão (2005), de um importante período da educação de jovens e adultos do nosso país.

Figura 2 - Paulo Freire com Trabalhadores em um Centro de Cultura (1963) – Angicos-PE



Fonte: (BRANDÃO, 2005)

Figura 3 - Experiência Revolucionária em Angicos e Natal



Fonte: (BRANDÃO, 2005)

Cunha e Góes (1999), também relatam essas primeiras experiências do método de Paulo Freire que ocorreram antes do mesmo assumir a coordenação do PNA a pedido do então Ministro da Educação Paulo de Tarso, segundo os autores:

De janeiro de 1962 (D. Olegarinha) até final de 1963 e início de 1964, a proposta Paulo Freire alfabetização em 30 horas, saiu dos limites de uma quase anônima experiência com cinco analfabetos, para ser adotada nacional e oficialmente como proposta do governo federal.

O seu grande teste ocorreu em Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, quando o presidente da República, acompanhado do governador do Estado, presenciou a sua aula de encerramento, em 2 de abril de 1963 e afirmou:

Hoje minhas senhoras e meus senhores, nestas classes, aprende a população pobre e analfabeta de Angicos as primeiras letras (...), mas acima de tudo, alunos e alunas, jovens e adultos, todos estarão capacitados para ler também a grande Cartilha da República: a Constituição de nossa Pátria, que lhes fez cidadãos e que tem o dever de lhes proporcionar este mínimo de alfabetização. (CUNHA; GÓES, 1999, p.22)

Cunha e Góes (1999) relatam ainda que após a fala do Presidente João Goulart, houve uma quebra de protocolo e um dos alunos alfabetizados o senhor Antonio Ferreira, assim falou ao presidente:

Naquele tempo anterior veio o presidente Getúlio Vargas mata a “fome da barriga” - que é uma doença fácil de curar. Agora, na época atual, veio o nosso presidente João Goulart matar a precisão da cabeça que o pessoal todo tem necessidade de aprendê.

Temos muita necessidade das coisas que nós não sabia e que hoje estamos sabendo.

Em outra hora nós era massa, e hoje já não somos massa, estamos sendo povo. (CUNHA; GÓES, 1999, p.22)

Fazer essa diferenciação entre massa e povo, faz parte da educação libertária e conscientizadora de Freire, e estava incorporada ao discurso da esquerda cristã

dos anos 60, (CUNHA; GÓES, 1999), e com certeza é vista como uma ameaça ao regime, militar que seria em breve instaurado.

Em 21 de Janeiro de 1964, às vésperas do golpe civil-militar, foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização, através do decreto no. 53.465, ficando a cargo de Paulo Freire a constituição de um Plano Nacional de Alfabetização, Paiva (2015) argumenta que:

A criação do PNA através do decreto 53.465 de 21 de janeiro de 1964 ocorreu quando o programa já estava em fase de implementação e já se montavam os dois plano pilotos nas duas áreas em que o país fora dividido, para depois estender a programação a todo o Brasil. Em suas linhas gerais o PNA manteve a proposição do grupo católico, com uma modificação significativa: o PNA, embora prevendo a mobilização de grupo de estudantes e entidades sindicais, não entregava a elas a execução do programa, incumbindo-se dela o próprio Ministério. (PAIVA, 2015, p. 284).

De acordo com Paiva (2015) o próprio Ministro Paulo de Tarso, criou a comissão de Cultura Popular, para a implantação do projeto piloto do método Paulo Freire em Brasília, e promoveu o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Já no final de sua gestão seus assessores formalizaram uma proposta de um programa extensivo de educação de adultos.

Mas o PNA sob as orientações e dentro do sistema educacional freiriano, sofreria com as lutas políticas e ideológicas, com os interesses eleitoreiros que começaram a se manifestar e a refletir no programa (PAIVA, 2015), uma vez que o método de Paulo Freire previa a alfabetização de cinco milhões de brasileiros até 1965, (PAIVA, 2015), alfabetizados esses indivíduos estavam aptos ao voto.

O PNA deveria ser o resultado de todo o esforço em se melhorar o nível cultural das pessoas menos abastadas da sociedade brasileira, e não apenas ensinar a ler e escrever, não nascia para ser mais uma campanha de alfabetização das massas, mas como um programa que traria em seu interior um engajamento maior do governo federal.

De acordo com Oliveira (1989), em sua dissertação: *As Origens do Mobral*:

O PNA deveria representar o engajamento do Governo central no esforço nacional em prol da educação popular. Para tanto poria a disposição das instituições interessadas, públicas e privadas, recursos financeiros e assistência técnica. O Plano convocava, assim, toda a sociedade (os sindicatos, as Igrejas, as universidades, etc.) para o grande empreendimento que deveria representar a alfabetização de 5 milhões de brasileiros até 1965, pelo Método de Paulo Freire. (OLIVEIRA, 1989, p.74)

Mediante a isso entendemos que o PNA, legou influencias na criação do MOBREAL pelo governo militar, no tocante ao projeto de uma política educacional a nível de país, mas as semelhanças ficariam restritas a essa a projeção, e a uma adaptação do material pedagógico, obviamente atendendo aos interesses do governo autoritário que seria instaurado.

Vejamos então o que foi e como foi implantando no PNA, o método ou sistema de educação idealizado por Paulo Freire e o que apresentava de diferente em relação aos sistemas utilizados pelas campanhas que o antecederam. O PNA como bem apontou Paiva (2015), já estava implantado antes mesmo de ser instituído o decreto de sua criação a 21/01/1964, isto posto recorreremos a Brandão (2005) para responder tais questões, o autor que em seu texto traz as palavras do próprio Paulo Freire, que transcrevemos devidamente referendadas:

Há mais de 15 anos vínhamos acumulando experiências no campo da educação de adultos, em áreas proletárias e subproletárias, urbanas e rurais. Sempre confiamos no povo. Sempre rejeitamos fórmulas doadas. Sempre acreditamos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. Experimentamos métodos, técnicas, processos de comunicação. Retificamos erros. Superamos procedimentos. Nunca, porém, sem a convicção que sempre tivemos de que só nas bases populares e com elas poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas. (FREIRE, 1983, p.124 apud BRANDÃO, 2005, p.18).<sup>9</sup>

Os trabalhos de alfabetização do educador dentro da sua filosofia de uma “educação libertadora” é por ele mesmo explicado em quatro passos, de acordo com o sociólogo seu “método de letramento de jovens e adultos”, é uma alternativa de educação centrada em reintegrações perdidas” (FREIRE, 1983, apud BRANDÃO, 2005, p. 19). Os quatro passos descritos por Freire são:

- a) a da alfabetização no todo de um processo contínuo e permanente de educação que deveria acompanhar a pessoa por toda a vida;
- b) a da educação no todo da cultura da qual, como um sistema simbolicamente social, ela faz parte, interagindo com vários outros de seus domínios, em uma sociedade e entre sociedades;
- c) a da pessoa-que-ensina e a da pessoa-que-aprende como sujeitos de um mesmo processo, como participantes ativos, dialógicos e culturalmente iguais, na qualidade de integrantes de uma “turma de alunos”

---

<sup>9</sup> O artigos de Paulo Freire de onde esta passagem foi tirada chama-se: conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. Ele foi publicado originalmente entre as páginas 5 e 22 da Revista de Cultura da Universidade do Recife, no número 4, de abril/junho de 1963. Anos mais tarde o mesmo artigo de Paulo Freire e mais os três outros de pessoas de sua equipe de alfabetizadores, foram republicado em um livro coordenado pelo professor Osmar Fávero. O livro se chama: Cultura Popular e Educação Popular – memória dos anos sessenta. Foi editado pela Graal, do Rio de Janeiro, em 1983. A passagem escrita aqui está na página 124 do livro.



transformada em uma “equipe de estudantes” reunidos em um “círculo de cultura” desde onde criam o seu próprio saber;  
 d) a da comunidade aprendente do “círculo de cultura” na vida cotidiana de sua comunidade, através de um repensar crítico e criativo sobre a sua condição social e de um envolvimento crescente com as alternativas de sua transformação.

Quanto à funcionalidade do Método Paulo Freire apud Brandão (2005) o descreve da seguinte forma:

Ao invés da escola noturna para adultos, em cujo conceito há certas conotações um tanto estáticas, em contradição, portanto, com a dinâmica do trânsito, lançamos o círculo de cultura. Como decorrência superamos o professor pelo coordenador de debates. O aluno pelo participante do grupo. A aula, pelo diálogo. Os programas pró situações existenciais, capazes de, desafiando os grupos, leva-los, pelos debates das mesmas, a posições mais críticas. (p.115)

Diante dessas proposições feitas pelo próprio Paulo Freire, imaginarmos um sistema educacional onde alunos e professores, constroem juntos o ensino e o aprendizado, onde dentro das ações alfabetizadoras ia –se muito além do simples aprender a ler e escrever, aprendia-se também a falar e ouvir, ou como gostava de repetir Paulo Freire aprende-se a dizer a sua palavra e a ouvir a palavra do outro (BRANDÃO, 2005).

Essa era a proposta para a educação brasileira pensada por Freire, para ele o povo precisava aprender fazer uma leitura do mundo pessoal, crítica e criativa, o povo precisava aprender que era capaz de transformar o mundo em que vive e a sua realidade em algo melhor, bastando para isso “que todos se unissem para fazer algo nesta direção”.

Uma proposta educacional dentro desses parâmetros, certamente não agradava a elite dominante, a burguesia industrial e ao novo governo que se instaurara, assim já no dia 01 de abril de 1964, após ser deflagrado o golpe civil-militar que depôs o Presidente João Goulart, todos os centros de cultura popular, bem como seus métodos e materiais foram banidos, recolhidos, seus líderes presos, acusados de subversivos e defensores do comunismo.

Paulo Reglus Neves Freire (1921 -1997), foi um educador e filósofo brasileiro, é considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, ficou 70 dias preso pelo regime militar, depois seguiu para o exílio.

Finalizamos esse item mais uma vez citando Brandão (2005) para que nos recordemos um pouco, o quanto significou o curto período daquele início dos anos

de 1960, em que o educador esteve à frente de um dos mais pungentes problemas do nosso país: o combate ao analfabetismo:

Os quatro primeiros anos dos “sessenta” valem por um período de uma das mais intensas ativações de crítica e de criatividade social no Brasil. Nos campos das artes, das ciências, das ações sociais de vocação transformadora e da educação, como uma delas, em raras ocasiões estudou-se tanto, inovou-se tanto, debateu-se tanto, experimentou-se tanto. Uma imensa parcela do que vieram a ser, anos após o golpe militar de 1964, as criações de uma nova educação, as experiências brasileiras e latino americanas de ação social, a instauração de movimentos sociais e de frentes populares de causas e de lutas, a nova “música popular brasileira”, o cinema novo, as novas literaturas, o teatro popular, nasce nesta curta, esperançosa, sofrida e tão ainda presente época. Paulo Freire habita um dos seus focos centrais. Pagará caro por esta ousadia. (BRANDÃO, 2005, p.23)

E, Freire pagou muito caro, quando o PNA já estava estruturado e o sociólogo e sua equipe e seus educadores, prontos a começar a implantar no país, o novo plano e as concepções político educativas de Freire, veio o golpe civil-militar, Brandão (2005) enfatiza que naquele momento as concepções freirianas já eram bem conhecidas não só pelos militares, mas em toda as camadas da sociedade brasileira:

Dentro de um amplo projeto de cultura popular que em todo o País entusiasmava e mobilizava artistas, estudantes, educadores, cientistas, religiosos e educadores, além de inúmeras lideranças populares, o professor Paulo em pouco tempo tornou-se uma referência essencial. E foi a ousadia de suas propostas o que justamente o que o levou ao exílio. Ainda no ano de 1964 por duas vezes Paulo Freire é chamado a “explicar-se” junto aos coronéis, respondendo a um inquérito policial-militar. Com 43 anos, quatro filhos, uma carreira promissora pela frente e o sentimento de que cada uma de suas palavras e gestos tinha agora um profundo sentido político, pedagógico, cultural e humano, ele se asila na Embaixada da Bolívia e, depois, no país que abriu para ele portas de acolhida além dos Andes. Era o mês de setembro. Talvez num primeiro momento Paulo, Elza e os quatro filhos imaginavam que era o mês de setembro. Talvez num primeiro momento Paulo, Elza e os quatro filhos imaginavam que aquele seria um exílio accidental e breve. Que logo adiante, serenados os ânimos e reduzida a fúria dos militares e seus aliados, os brasileiros fora do País seriam de novo chamados a voltar ao lar e ao trabalho. A família retornaria ao Brasil apenas em 1979, treze anos após haver partido às pressas e “com a roupa do corpo”. (BRANDÃO, 2005, p. 23-24).

Paulo Freire destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política, em 13 de abril de 2012 no governo da Presidente Dilma Roussef foi sancionada a Lei nº 12.612, que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.

### 3.2 O MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização (1967-1985) – Sua Origem e Legitimação

MOBRAL: “obra e braço da ditadura militar” (FERRARO, 2013, p.76 apud PRADO; NETO, 2019, p. 819)

Neste item, vamos estudar a Lei e os decretos que instituíram o MOBRAL, como uma política pública da ditadura civil-militar, e de como o mesmo serviu de instrumento de propagação política e ideológica do regime. A educação como afirma PAIVA (2015, p. 46):

[...] pode ser um instrumento importante para a conservação ou para a mudança social: os que detém o poder tentam fazer dela um instrumento de conservação, enquanto seus opositores tentam utilizá-la como instrumento de mudança. [...] Entretanto, a importância atribuída a educação como instrumento de sedimentação da ordem vigente não nasce de situações políticas estáveis, mas de ameaças oferecidas ao grupo dominante hegemônico por aqueles que pretendem disputar o controle político; nasce portanto da insegurança dos que detém o poder [...]

Antes de nos debruçarmos sobre a história do MOBRAL, e da relação do Estado brasileiro com a educação no período delimitado na pesquisa (1964-1985), precisamos realizar uma breve contextualização desse período obscuro de nossa história que teve início em 31 de março de 1964, com a intervenção executiva das Forças Armadas, os militares depuseram o Presidente João Goulart, e assumiram o poder implantando no país um Estado militar de regime autoritário.

No entanto essa forma de governo autoritário onde o poder concentra-se no executivo, que concebe um Poder legislativo que não legisla e um Poder Judiciário que não julga, mas que atuam conforme a vontade e a conveniência do Executivo, (Germano, 2011), um governo assim, não se estabelece somente com a ação executiva das Forças Armadas, Cunha e Góes (1999), enfatizam que, “a tomada de poder no Brasil em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculadas a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos”.

Germano (2011, p. 17) define a instauração do regime militar no Brasil:

O golpe de Estado de 1964 depõe o presidente Joao Goulart e põe fim à “democracia populista” iniciada em 1946. Fruto de uma coalizão militar e civil, o golpe configura a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve a articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja a burguesia industrial e financeira-nacional e internacional -, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma elite.

O fato é que um regime autoritário instala-se em 24 horas como aconteceu em nosso país que em 31 de março adormeceu democracia e acordou ditadura, porém para que se consolidasse o regime militar, foi preciso mecanismos que envolvesse além do poderio militar instituições como a Igreja, o empresariado, a elite, os intelectuais, o controle militar sobre o Estado implica uma determinada forma de dominação, de atuação prática em diversos campos da vida econômica, social e política do país, na qual se situa a política educacional (GERMANO, 2011).

Sabemos que o regime militar investiu muito mais na economia, na expansão industrial, principalmente na criação de empresas estatais, em projetos de grande projeção nacional como a construção da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói ou seja na construção do milagre econômico, na ideia de um Brasil, forte, próspero, um país “que vai pra frente”, pautado na ordem e progresso, e a educação dos adultos e o combate ao analfabetismo, a que passos caminhava?

Paiva (2015) afirma que “nos dois primeiros anos do novo governo o problema da educação de adultos é deixado de lado”.

Oliveira (1989, p. 79), pondera que,

Durante os 6 anos que se seguiram ao Golpe militar, o Governo praticamente se afastou da questão da alfabetização de adultos. Nos 2 primeiros anos essa ausência foi quase total. Não houve, sequer a tentativa de substituir as instituições recém aniquiladas por outras de seu agrado.

Não podemos esquecer que, depois de deflagrado o golpe civil-militar, todos os movimentos de cultura popular bem como os centros de cultura foram banidos pelo regime, restando o MEB, que por ser vinculado à Igreja, passa por reformulações, que o alinham aos interesses do novo governo.

Germano (2011, p. 102-103) afirma que:

Na verdade, em que pese a força das armas, o Estado Militar necessita de bases de legitimação, da adesão de uma parte dos intelectuais, das camadas médias e das massas populares. Daí os apelos constantes à

democracia e à liberdade, quando estas eram duramente golpeadas por ele; daí a proclamação em favor da erradicação da miséria social quando, na prática as suas políticas concorriam para manter ou mesmo aumentar de forma dramática os índices de pobreza. [...] Daí o discurso favorável à erradicação do analfabetismo, a valorização e expansão da educação escolar (reformas ousadas foram proposta com este objetivo), quando o setor era penalizado com forte repressão política.

Após esse período de total descaso, o novo governo começa a ter olhos para a questão do analfabetismo e da educação dos adultos, pois como alinhar a ideia de um Brasil grande, e que caminhava a passos largos para o progresso se o analfabetismo era fator de entrave ao nosso progresso, de enfraquecimento do poder nacional, pois uma Pátria grande não poderia ser “edificada sobre um sobre um povo esmagado pelos fardos da ignorância e da miséria” (PAIVA, 2015).

Retomam-se os discursos inflamados das antigas campanhas da década de 1950, pela mobilização do país na luta contra o analfabetismo, e vemos também o retrocesso às falas que pejoravam o analfabeto, das leituras realizadas durante a revisão da literatura que norteia essa pesquisa destacamos a Tese de Oliveira (1989), onde ele traz a fala do então Ministro Moniz de Aragão, em seu pronunciamento no lançamento do dia Nacional de Alfabetização – no dia 11 de novembro de 1966<sup>10</sup> que em seu discurso alertava a opinião pública sobre a questão do analfabetismo: [...] grave, vexatório doloroso o problema do analfabetismo, [...] essa mancha vergonhosa a desfigurar as faces da sociedade brasileira que se apresenta, no conceito dos povos, como constituída em grande parte, por cidadãos incultos e ignorantes".

Oliveira (1989, p. 89), segue em suas ponderações:

Aqui, podemos observar a volta da linguagem entusiasta do tempo das campanhas. Conclama-se toda a Nação a tomar parte na grande tarefa cívica da alfabetização, mais uma vez apresentada como um "resgate da dívida para com os deserdados, assegurando-lhes o acesso à educação e a possibilidade de ascenderem socialmente". Os pronunciamentos dessa natureza se multiplicam. Edson Franco, diretor do DNE, se refere ao analfabeto como "uma pessoa intelectualmente incapaz de ler escrever, calcular, compreender e transmitir. Ao mesmo tempo é socialmente incapaz de: a) servir-se da comunidade, b) servir à comunidade, c) integrar-se no processo de desenvolvimento sócio-econômico, d) participar do contexto político". O sucessor de Edson Franco na direção do DNE - Celso Kelly fala a mesma linguagem. O analfabeto é por ele apresentado como um "peso

---

<sup>10</sup> Oliveira traz em sua tese a data de 11 de Novembro, porém de acordo com Paiva (2015, p. 293), a data é 14 de novembro, instituída pelo Decreto n. 59.452 de 3 de novembro de 1966, de acordo com a autora essa data é o aniversário da criação do MES, hoje MEC.

morto" na comunidade e como um "cego moral". Por isso, produz mal" e "consome abaixo do mínimo". Para ele será, então, necessário realizar "um generosa e humanitária cruzada" de alfabetização.

Mediante a isso recordemos Paulo Freire para ele o analfabeto era produtor de conhecimentos, suas experiências, sua visão de mundo deveria compor junto com os educadores o processo educativo, e vemos um retrocesso, todo o progresso que se conseguiu nos primeiros anos da década de 1960, em que o governo de Goulart, acenou com uma política educacional voltada ao povo e que garantisse o direito de educação a todos, para o regime militar não interessava o povo consciente, mas sim a massa dominada e alienada, aos militares bastava que se ensinasse a ler, escrever e a realizar as operações matemáticas básicas.

Para os militares, Paulo Freire e sua educação libertária eram uma ameaça ao país, Souza (2016) assinala que:

O que há de mais salutar para os objetivos aqui traçados é perceber que, para os militares, Paulo Freire, no momento do golpe, personificava essa educação revolucionária e suas práticas de alfabetização não deveriam ter espaço nos movimentos políticos que ventilariam a partir de então. Por isso era necessário promover uma grande assepsia ideológica na educação popular em todo o país e esta ocorreria na completa desqualificação de tudo que os antecedia. Considerado pelos militares "responsável pela subversão no campo de alfabetização de adultos que vinha comunizando o Nordeste" e de comandar com o então governador de Pernambuco Miguel Arraes "a máquina pública a serviço do comunismo internacional", o professor Paulo Freire foi preso em junho de 1964,65. Tais acusações bastaram para que Freire tivesse seus direitos políticos suspensos por dez anos, seu projeto em curso fosse encerrado e condenado ao exílio. O hiato entre o encerramento das atividades para alfabetização popular de Paulo Freire e o início efetivo das ações do Mobral foi de seis anos (1964-1970). Durante esse tempo, a educação popular passaria por um processo de "higienização" considerado indispensável pelo novo regime, principalmente no Nordeste, onde estaria o epicentro dos trabalhos de alfabetização e de tensões políticas que potencialmente poderiam esboçar alguma reação ao golpe de 1.º de abril (SOUZA,2016, p. 57).

A partir do momento em que o governo militar, extinguiu os movimentos de cultura popular, e antes de o mesmo instituir o MOBREAL, neste processo de "higienização" da educação popular, destacamos o MEB, Movimento da Educação de Base, que não foi extinto junto com os demais, por ser um movimento ligado à Igreja, era um movimento da CNBB, e que se sujeitou as mudanças do regime, sofreu as repressões do governo militar voltando suas ações muito mais para a evangelização do para a educação popular, o que muito nos lembra o nosso

passado colonial, Bezerra e Brandão (1987 apud BORGES, 2009), explicam o que aconteceu com o MEB, após a tomada de poder pelos militares:

O Movimento de Educação de Base foi fechado pela Igreja e pelo Estado. Algumas de suas sedes regionais foram invadidas poucos meses depois de a polícia do governador do Rio de Janeiro haver apreendido a cartilha Viver é lutar como “material subversivo” [grifo do autor]. Alguns de seus educadores foram presos. Quando o MEB foi reaberto, alguns de seus bispos progressistas que participaram de sua criação não quiseram mais saber dele em suas dioceses. O Movimento tornou-se uma cópia invertida do que fora e, na verdade, é pouco mais do que um MOBREAL de batina. Invadidas as sedes, perseguidos os líderes e sufocados por algum tempo os movimentos estudantis, os programas de cultura e educação popular desapareceram por muitos anos. (BORGES, 2009, p. 350).

Paralelo a esses acontecimentos o novo governo sofreu pressões internacionais, sobretudo da UNESCO, o fato de nos dois primeiros anos de governo o problema do analfabetismo e da educação dos adultos ter sido deixado de lado pelo MEC, teve repercussões negativas internacionalmente e a UNESCO, começa cobrar do Brasil assim como de todos os países membros, esforços no sentido de desenvolver programas educativos no combate ao analfabetismo, afinal esse era um dos compromissos internacionais assumido pelo Brasil quando da criação da UNESCO.

Em 1967 o governo militar e o MEC, retomam os movimentos destinados à educação dos adultos é implantada a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã) criada em Recife, pela Igreja Presbiteriana, e que tinha como dirigentes evangélicos americanos, a cruzada ABC foi criada com bases conservadoras de caráter também assistencialista visando atender aos interesses políticos do regime militar, Paiva (2015) alega que a Cruzada ABC, parece ter representado no momento da sua criação, a contestação dos movimentos educativos desenvolvidos no nordeste no período anterior.

De acordo com Guarato (2001 apud PRADO 2017, p. 36):

Na prática, sua ação representou a contestação dos movimentos educacionais desenvolvidos no Nordeste no período anterior; era mais um esforço do governo para anular os efeitos ideológicos difundidos por eles, sob a justificativa de ajudar o homem analfabeto nordestino, concebido como “parasita econômico”, a acompanhar o desenvolvimento da região. Isso pode ser verificado de forma mais clara no material didático produzido pela Cruzada. Nele buscava-se transmitir ao aluno a imagem do Brasil como uma potência industrial, harmônica em suas relações sociais, enfatizando a importância da vida em comunidade e a preparação técnico-

profissional para o surto de industrialização, sem, no entanto, levar em consideração a realidade sociocultural dos alunos.

Para Fávero (2003, p. 7):

[...] a cruzada ABC invade e praticamente essas coisas vão ficando residuais. E ela reina durante uns 2 ou 3 anos com muito dinheiro, mais muito dinheiro da Aliança para o Progresso. O grande chamariz dela não é alfabetização, é a distribuição de alimentos. Ela segura os alfabetizados porque distribui arroz, feijão, leite, óleo, umas coisas assim que vem daquelas doações dos americanos. Na verdade, eles fazem isso porque descarrega para a América Latina todo o excesso de produção, para garantir os preços no mercado interno deles. O Nordeste, nesse período, era tudo feito pelos americanos, como se fosse para evitar a possibilidade de outra Cuba, no Brasil.

Ao fim e ao cabo a educação Popular foi assumida pelas igrejas, associações de moradores, volta ter um caráter assistencialista, a Cruzada ABC acaba se extinguindo, em meio a muitas críticas sobretudo por esse caráter assistencialista, por considerar o analfabeto um parasita econômico, incapaz de contribuir para o crescimento do país, (Souza, 2011),

Paiva (2015, p. 304) apresenta vários fatores que contribuíram para o fracasso e a extinção da Cruzada em 1968:

As dificuldades enfrentadas pela Cruzada ABC, principalmente a partir de 1968, referiam-se fundamentalmente aos recursos financeiros para a manutenção do programa, a própria programação e orientação da Cruzada era violentamente criticada, seu material didático, seu alto custo-aluno, sua concepção do analfabeto como incapaz, sua orientação estrangeira, [...].

Em 1971, sem o apoio financeiro de o governo militar, a Cruzada ABC perdeu prestígio, e foi extinta.

Cabe ressaltarmos que entre 1968 a 1973, o regime militar pautou suas políticas educacionais ao crescimento econômico, ao acúmulo de capital e num rígido controle político e ideológico, é dentro desse contexto que o MOBREAL foi instituído.

Germano (2011, p. 105-106) traz uma análise da atuação do Estado Militar, onde o autor pontua os principais eixos de desenvolvimento da política educacional do regime militar, na qual se basearia a criação do MOBREAL.



- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. [...]
- 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista [...]
- 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital.
- 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado.

Com a criação do MOBRAL, uma política educacional do Estado Militar, que visou instituir uma educação massificada, como mecanismo de legitimação da dominação do poder político, e da manutenção da ordem econômica e social que ao governo era o que interessava, e antes de falarmos sobre o processo de criação e institucionalização do MOBRAL, apresentamos uma breve linha do tempo, da base legal que antecedeu a Lei n. 5.379 de 15 de dezembro de 1967, que instituiu o MOBRAL como uma política educacional, e posteriormente em um órgão executor de programas de alfabetização de adultos.

Em 08 de setembro de 1967, Dia Internacional da Alfabetização, data instituída pela UNESCO, O Ministro da Educação e Cultura Dr. Tarso Dutra e o presidente da República Marechal Costa e Silva, criam o Grupo Interministerial - GI, Decreto 61.311, com objetivo de se realizar um levantamento de recursos para investir na alfabetização de adultos.

De acordo com Paiva (1973), dentre os vários decretos assinados que previam além da formação de um Grupo Interministerial, temos os decretos: 61.312 para utilização das emissoras de TV; 61.313: para a formação da Rede Nacional de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos; 61.314: institui a Educação Cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo.

Reunindo-se entre 5 de outubro e 23 de novembro de 1967, o GI foi formado por representantes dos ministérios, mobilizando toda máquina estatal em torno da questão da alfabetização. O grupo foi coordenado pelo engenheiro e economista Arlindo Lopes Corrêa, que veio a ser um dos idealizadores do MOBRAL, sua trajetória seus trabalhos a frente do Movimento serão abordados no último capítulo desse trabalho.

O GI encaminhou um relatório final ao MEC, no qual apontava uma série de falhas orçamentárias do PNA, e recomendava que a alfabetização de adultos

devesse estar vinculada às prioridades econômicas e sociais, e às necessidades presentes e futuras de mão de obra (CORRÊA, 1979). Ao analisar o relatório final do GI, Oliveira (1989) conclui que as “ideias do Grupo a respeito da política de alfabetização de adultos coincidiam com as ideias economicistas da época, que subordinavam a educação às exigências do Capital”, nesse aspecto as ideias do grupo são bem mais explícitas do que as dos educadores do DNE.

Mediante a isso, após o encerramento das atividades do GI, em 15 de Dezembro de 1967, através da Lei 5.379, foi instituído nos termos do artigo 4º. o MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização:

Art. 4.º - Fica o Poder executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília. (MEC, 1973, p. 50).

A Lei 5.379, delega ao Ministério da Educação e Cultura a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos (Art. 1º.), e em seu Art. 3º, o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos elaborado pelo DNE, cuja execução caberia ao MOBRAL.

Prado e Neto (2019) enfatizam que houve uma rápida definição dos estatutos, organogramas e de toda a estrutura administrativa do MOBRAL, que foram deferidos pela Portaria Ministerial de número 28 de 18 de Janeiro de 1968, no entanto o MOBRAL ficou à espera dos recursos financeiros que foram viabilizados somente em 1970, pelo Decreto no. 61.118 de fevereiro do corrente ano, foi designado parte da receita da loteria esportiva aos programas de alfabetização de adultos, sob a supervisão do MEC, já o Decreto no. 1.124 de setembro de 1970, determinou que as empresas poderiam fazer doação de 1% do imposto devido à Fundação MOBRAL.

Assim em 1970, o MOBRAL passou por uma reestruturação, de acordo com Oliveira (1989), essa reestruturação se deu em clima de ruptura entre o grupo que concebeu o MOBRAL o DNE dentro do MEC e o grupo originário da Secretaria Geral que reformulou sua política de ação. Ruptura causada por conflitos e manifestos no âmbito da instituição, que revelam a luta travada entre pedagogos e tecnocratas.

Ainda em Oliveira (1989, p. 209), o autor conclui que:

O episódio da reestruturação do MOBRAL representa uma das tantas manifestações embate travado entre duas correntes existentes na educação brasileira, por sua vez representadas por dois grupos de educadores: os

"pedagogos", profissionais da educação, ligados ao MEC, e os "tecnocratas ligados ao planejamento educacional. [...] Assim, o caso da reestruturação do MOBRAL e os conflitos que ela ocasionou está longe de representar um caso isolado. Ele está inserido num fenômeno de raízes bem mais profundas do que possa parecer.

Em meio esse embate temos a chegada do economista e professor Mario Henrique Simonsen à presidência do MOBRAL, o que demonstrava uma tendência cada vez mais crescente no governo militar à tecnocracia (SOUZA, 2016).

Assim feita a reestruturação, garantidos os recursos financeiros, desvinculado do DNE, no dia 8 de setembro de 1970 foi considerado o dia oficial do lançamento da nova fase do MOBRAL, que deixou de ser um órgão repassador de recursos para tornar-se executor de seus próprios programas, se consolidando como uma organização autônoma e independente (PRADO, 2017).

Cabe aqui falarmos um pouco do que foi a fase que antecedeu o início das atividades do MOBRAL em 1971, agora como o “executor de seus próprios programas”, o que foi e o que fez o MOBRAL, nessa primeira fase ou como se refere Oliveira (1989), em sua Dissertação *As Origens do Mobral* onde o autor divide em dois momentos as atuações do MOBRAL sendo elas “Primeiro MOBRAL e Segundo MOBRAL”, em linhas gerais o autor explica como foi a atuação da primeira fase do MOBRAL em 4 etapas:

Podemos distinguir diversas etapas na atuação do primeiro MOBRAL. A 1ª. vai do ato de sua criação até a aprovação de seus estatutos. A 2ª. etapa compreende um longo período de espera, que vai da aprovação dos estatutos até a sua desvinculação (oficial) do MOBRAL do DNE. Finalmente, uma 3ª. etapa, em que a Instituição passou a atuar efetivamente como órgão de assistência financeira e técnica as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. 4ª. A euforia dos primeiros dias referimo-nos ao período compreendido entre os 15/12/67 e 29/03/68, o MOBRAL foi criado já no final do ano de 1967. Poucos dias depois - em 18/1/68 - foi nomeada uma Comissão Especial para a Instalação do MOBRAL. Era o início da etapa de preparação para a entrada em funcionamento dessa instituição.

O MOBRAL iniciou de fato suas atividades em 08/09/1970, dia Internacional da Alfabetização, com recursos que provenientes da loteria federal, e de deduções no imposto de renda para os empresários que pretendesse colaborar com o movimento em prol do combate ao analfabetismo, considerado pelos seus críticos o mais dispendioso programa de educação popular, que teve como um de seus objetivos maior acabar com o analfabetismo em dez anos, mas o que se busca

nessa pesquisa é ver nas entrelinhas da instituição desse movimento o cunho político ideológico, elaborado por um governo que buscou instituir uma educação de massas, como instrumento para a manutenção do poder político, e a legitimação das estruturas de dominação econômico-sociais vigentes. (PRADO; NETO, 2019).

Quando refletimos sobre o momento histórico em que se desenvolveu o MOBRAL, percebemos que se tratava de um período autoritário, antidemocrático e de restrição de direitos, e como bem aponta Paiva (2015) o MOBRAL é um programa nascido do AI-5 que propunha como prioridade a erradicação do analfabetismo, visando interesses econômicos e políticos. Nesse sentido o MOBRAL refletia o caráter político-ideológico do regime militar, reproduzindo o caráter antidemocrático e alienante que atendia à proposta educacional do Estado Militar brasileiro.

Segundo Jannuzzi (1979, p. 54), a finalidade da educação no MOBRAL é:

[...] trazer todos para o desenvolvimento econômico, colocado como algo inquestionável, [...] rapidamente prepara os quadros de mão de obra para o mercado de trabalho. Nesta forma de conceber a educação, ser analfabeto é, pois ser o incapaz, que se capacita pela ação do MOBRAL.

Para Souza (2014) a educação proposta pelo MOBRAL tem caráter centralizador, sem diálogo e sem uma política conscientizadora e cidadã.

O MOBRAL chega em meio a um grande alarde por parte do governo que faz um chamamento a nação através das propagandas que convocam todo o povo a lutar contra o analfabetismo, acabar com essa “chaga”, essa “mancha” que tanto envergonhava a nação era dever de todos, o analfabeto era um entrave para o desenvolvimento econômico, lembrando que o Brasil vivia o auge do “Milagre Econômico” amplamente difundido e defendido pelo governo do General Médici.

O uso intensivo da propaganda aliada a onda de crescimento econômico promovido pelo governo militar é responsável pela euforia dos primeiros anos do MOBRAL.

Figura 4 – Propaganda do Mobral – 1970 – Revistas Abril

# Pelo amor de Deus, ensine alguém a ler.

Se você é prefeito, empresário, estudante, você pode ajudar.  
Se você dirige um sindicato, uma organização religiosa, uma associação, você pode ajudar.  
Então ajude.  
O Mobral vai alfabetizar 7 milhões de brasileiros até 1973.  
E deixará este país sem um analfabeto, em dez anos. Isso tudo já começou.  
O Movimento Brasileiro



de Alfabetização já está funcionando em 457 cidades.  
E está precisando de sua ajuda.  
Vá procurar o Mobral de sua cidade e veja o que você pode fazer.  
Ou então escreva ao Mobral, no Rio.  
Rua da Imprensa, 16.  
Edifício do Ministério da Educação.  
Mas, pelo amor de Deus, dê uma chance a quem nunca teve nenhuma.

**MOBRAL**  
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO



Iniciativa das revistas Abril de apoio ao Mobral.

Fonte: (PROPAGANDA, 2018)

Figura 5: Propaganda do Mobral



Fonte: (EDITORA SIANA, SD)

O texto que está na imagem, traz um apelo ao empresariado, não sem antes fazer uma definição pejorativa do analfabeto, abaixo transcrevemos alguns trechos:

Todo analfabeto é pobre. Consome pouco. Compra pouco. Jamais um analfabeto será um bom cliente para sua empresa, [...] você como empresário ajude o MOBREAL para ajudar a sua empresa. Pelos seus lucros futuros, ajudar o MOBREAL traz outras compensações: a começar pelo Prefeito, profissionais liberais, comerciantes, industriais, [...] ajudando o MOBREAL você reforça a boa imagem da sua empresa.

Figura 6 – Propaganda do MOBREAL



Fonte: (COELHO, 2007)

A despeito das propagandas difundidas pelo país, através dessas imagens vemos que o governo tinha como objetivo por um lado conclamar o empresariado, a investir financeiramente no MOBREAL, uma vez que era de sua responsabilidade combater o analfabetismo, e ao mesmo tempo passar para o povo que o analfabeto

era responsável por sua falta de instrução, “o MOBRAL está aí, só depende de você”.

O MOBRAL buscou alcançar todo o território brasileiro, dando prioridade a zona urbana, em detrimento a rural, o movimento educacional colocou em prática uma educação massificada e seu principal objetivo já citado várias vezes era acabar com o analfabetismo em todo país, até início da década de 1980.

Como já mencionada, a lei 5.379/67 traz os pontos-chaves da ideologia que orienta as ações educativas do MOBRAL: alfabetização funcional e a educação continuada, criado para atender as demandas econômicas e nossa incipiente industrialização e dar a ideia de que se preparava sujeitos aptos a ter uma melhor participação na construção da sociedade, abrindo caminhos de oportunidades para esses sujeitos, mas por detrás desse discurso o objetivo do regime era sim a formação de pessoas para o mercado de trabalho.

Assim o que se percebe é que o MOBRAL tinha como política educacional atender as perspectivas econômicas do governo militar, e foi um movimento criado e desenvolvido para legitimar as restrições políticas do regime militar.

Em sua base legal evidencia-se que o MOBRAL foi criado para atender a um público específico: aos jovens e adultos analfabetos, que o conceito de alfabetização destinada para esse público foi o funcional, distanciando-se completamente de uma educação reflexiva, voltada para a transformação de mentalidades e atitudes do homem, ações educativas, sociais e políticas defendidas por Paulo Freire, e intelectuais, educadores tidos como “esquerdas, comunistas”, pelo regime militar.

Sendo assim, para os analfabetos a educação proposta pelo Estado Militar era uma educação que habilitasse o sujeito para cumprir uma função social trabalhista, e para qual uma educação básica, pautada na leitura, escrita e resolução de operações básicas da matemática, a finalidade do MOBRAL não era formar cidadãos que atuassem na transformação da sociedade, da política, da cultura, mas que tivessem uma educação mínima para poder produzir, dentro desse contexto entendemos que a educação funcional atendia a essas premissas.

Dessa forma, “a instrução assume um valor econômico (fator econômico) de caráter funcional em que pese à relação de custo e de investimento de capital necessário para que se possa transformar a educação em fator de crescimento nacional.” (ESCOBAR, 2007).

O Documento Básico do MOBRAL define o porquê da alfabetização ser funcional. “FUNCIONAL porque faz com que o aluno não se limite a aprender a ler e escrever, mas sim a descobrir sua FUNÇÃO, no TEMPO e no ESPAÇO em que vive.” (BRASIL, 1973). Segundo o documento, dentre os objetivos do MOBRAL, “procura-se levar a pessoa humana: à aquisição de um vocabulário; ao desenvolvimento do raciocínio; à criação de HÁBITOS DE TRABALHO; ao desenvolvimento da criatividade.” (BRASIL, 1973).

Em conformidade com o documento Básico de 1973, o MOBRAL apresenta os seguintes programas: o Programa de Alfabetização funcional; Programa de Educação Integrada; Programa MOBRAL Cultura; Programa de Educação Comunitária para a Saúde; Programa de Profissionalização; Programa de Autodidatismo e Programa de Diversificação de Ação Comunitária.

Cabe falarmos um pouco dos métodos e do material didático utilizados pelo MOBRAL, que como já foi dito apresentou semelhanças com os materiais elaborados pelos movimentos que o antecedeu, porque partiam também de palavras chaves, para ensinar aos alunos as classes e famílias silábicas da língua portuguesa, no entanto como explica Soares e Galvão (apud STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 270):

Os métodos e material didático propostos pelo MOBRAL assemelhavam-se aos elaborados no interior dos movimentos de educação e cultura popular, partiam de palavras chaves retiradas da realidade do alfabetizando adulto, para ensinar os padrões silábicos da língua portuguesa, as semelhanças eram apenas superficiais, na medida em que todo conteúdo crítico e problematizador foi esvaziado: as mensagens reforçavam a necessidade do esforço individual do educando para que se integrasse ao processo de modernização e desenvolvimento do país. Além disso, era um material padronizado, utilizado em todo o Brasil.

Para ilustrar a fala das autoras, trouxemos algumas fotos das cartilhas do MOBRAL.



Figura 7: Cartilha do MOBRAL, p.24-25, sem data.



Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Araújo Sobrinho. In: Oliveira (2011), p. 103

Figura 8: Cartilha do MOBRAL, p.22-23, sem data.



Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Araújo Sobrinho. In: Oliveira (2011), p. 104

Figura 9: Cartilha do MOBRAL, p.26-27, sem data.



**posto**

pos to

as es is os us

pasta escola disco óculos  
casca esporte revista rosto  
Vasco vestido país susto

O povo vai ao Posto Médico.  
As pessoas vão cuidar da saúde.  
O médico ajuda a todos.

**posto médico**

Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Araújo Sobrinho. In: Oliveira (2011), p. 105

Figura 10: Cartilha do MOBRAL, p. 14-15, sem data.



**família**

fa mi li a

fa fe fi fo fu  
ma me mi mo mu

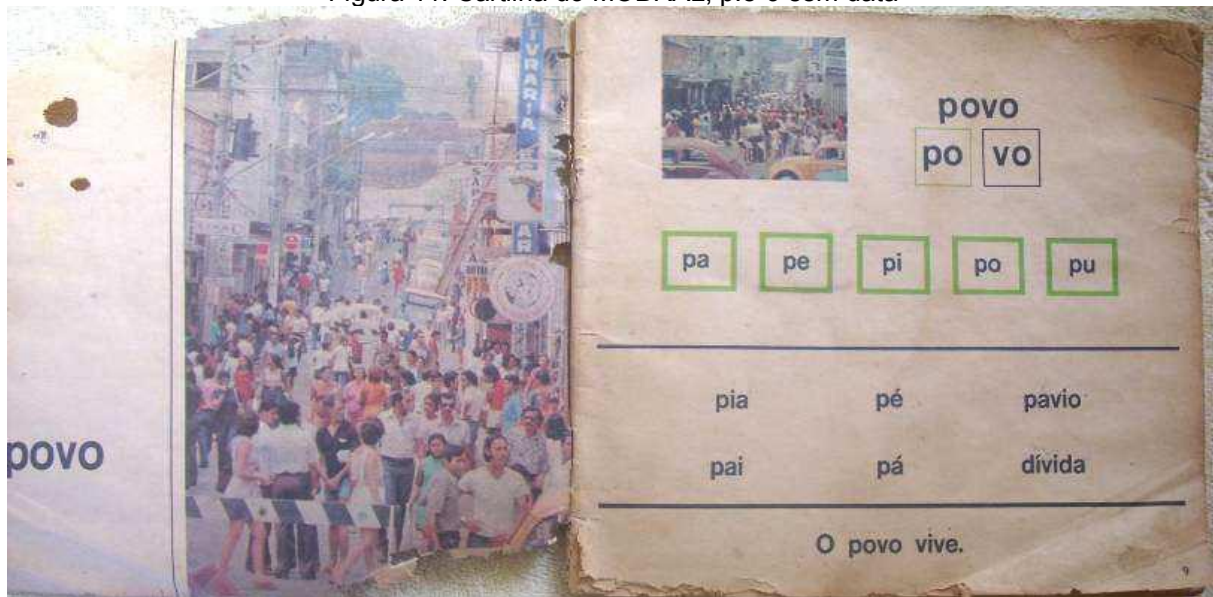
medo mala moeda mão  
fivela fava lima mamão

Davi vai à vila.  
Ele leva a família.

**família**

Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Araújo Sobrinho. In: Oliveira (2011), p. 107

Figura 11: Cartilha do MOBRAL, p.8-9 sem data



. Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Araújo Sobrinho. In: Oliveira (2011), p. 106

Figura 12: Cartilha do MOBRAL, p.28-29 sem data



Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Araújo Sobrinho. In: Oliveira (2011), p. 109

Figura 13: Cartilha do MOBRAL, p.10-11 sem data



Fonte: Acervo pessoal de Sebastião Araújo Sobrinho. In: Oliveira (2011), p. 110

Nas imagens apresentadas observamos que o material didático enfatizava questões como Nação, família, comunidade, religião, pátria, hábitos e costumes baseados na moral cristã, passividade, ordem, tecnologia, a educação foi um importante veículo na difusão desses valores, ao mesmo tempo em que delegava ao aluno do MOBRAL a responsabilidade pelo seu êxito ou fracasso no processo de alfabetização.

Em sua dissertação Oliveira (2011, p. 104) salienta que:

As mensagens da cartilha do programa indicavam que seria possível alcançar os “benefícios” que a tecnologia poderia proporcionar se fosse empregado o esforço individual. O regime utilizava a educação para atingir seus objetivos e interesses, instruindo a partir da ideia de que “todos” poderiam gozar das “benesses” que o desenvolvimento poderia proporcionar, inibindo a construção de qualquer outra forma de organização social difundida pelos militares. O governo militar moldava o comportamento da população, e o material didático do MOBRAL, expressava os objetivos desse poder instituído.

Por fim ponderamos que a intenção dos militares, com a instituição do MOBRAL era, a de colocar os cidadãos na sociedade, mas com a alusão de ser esta uma sociedade harmônica pautada pelos princípios de fé, família, patriotismo e ordem como meio de se atingir o progresso, e a conquista dos direitos de cidadãos, esses embasados na premissa de que primeiro há que se cumprir com todos os

seus deveres, pois ser cidadão era sinônimo de “cumpridor de deveres” (CUNHA; GÓES, 1999).

Nesse capítulo trouxemos a história da educação de adultos antes e depois da criação do MOBRAL, revisitamos os principais movimentos de cultura popular que dentro das concepções e contribuições de Paulo Freire, lutaram para combater o analfabetismo, e recordamos a história do MOBRAL, sua origem e base legal seu contexto histórico, como uma política educacional nascida dentro de uma ruptura política que nos impôs duas décadas de governos autoritários, e de como a educação foi usada para moldar o povo dentro da ideologia política da nova ordem vigente.

No último capítulo faremos análise desse movimento que foi ao fim e ao cabo um fracasso nos objetivos a que se propôs, apontado por grandes pesquisadores e também o outro lado dessa moeda a defesa do MOBRAL, por seus idealizadores que atestam ter sido o MOBRAL um grande sucesso.

## **4 MOBRAL: UM SUCESSO PARA SEUS IDEALIZADORES, UM FRACASSO PARA SEUS CRITICOS**

Ah, as pequeninas comunidades brasileiras! Como o Mobral as fez crescer espiritualmente, ganhar em unidade! Como sua presença as valorizou do ponto de vista humano! É nelas que a mística do movimento se faz mais evidente, deixando entrever os variegados aspectos do impacto do órgão na vida nacional. São as sementes da descentralização – que salvará o mundo para o futuro – a dar seus frutos temporões. (CORRÊA, 1979, p.30)

### **4.1 Quem são os defensores do MOBRAL?**

Iniciamos o último capítulo dessa pesquisa com o pensamento de um dos mais importantes gestor, idealizador e defensor da política de educação para adultos implementada pelo regime militar após o golpe civil militar que derrubou o governo populista de João Goulart, o MOBRAL foi um movimento que marcou a história da educação brasileira, e por esse motivo não pode ser esquecido, diante disso nesse terceiro e último capítulo de nossa pesquisa, vamos caminhar novamente dentro da memória histórica do movimento, seus idealizadores, defensores e os críticos, dessa política educacional que segundo Rodrigues e Machado (2014) objetivava demarcar a disputa ideológica, política e pedagógica vivenciada no Brasil no contexto da década de 1960 e que, em alguma medida, prevalece nos dias atuais, quando se trata de pensar a educação voltada para jovens e adultos trabalhadores.

O primeiro presidente da Fundação Mobral foi o capelão militar Filipe Spotorno, substituído pelo banqueiro, economista, Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen, este foi substituído por Arlindo Lopes Corrêa, engenheiro, economista e antigo colaborador de Roberto Campos no Ministério do Planejamento desde 1964.<sup>11</sup>

Oliveira (1989) destaca que algumas pessoas poderiam ser consideradas como os “precursores” do MOBRAL pelo fato de terem contribuído para o desenvolvimento de um órgão federal responsável por coordenar a nível nacional as iniciativas de alfabetização de adultos, são elas: Abgar Renault, ex-ministro da

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>

Educação, Ray Moniz de Aragão, Ministro da Educação que em 1966 instituiu o Dia Nacional da Alfabetização, e outros como os Ministros Jarbas Passarinho, Ney Aminthas Braga e Claudio Moreira, último presidente de MOBRAL em 1984.

Nesta pesquisa daremos destaque ao protagonismo de Arlindo Lopes Corrêa, assumiu a presidência do MOBRAL em 1970 até 1981, e que buscou mediar a unidade política e ideológica da instituição e legitimar seu trabalho perante a opinião pública, (PRADO; NETO, 2019), Corrêa foi e ainda é um grande defensor do MOBRAL.

Apresentamos uma breve biografia da vida profissional de Lopes:

Arlindo Lopes Corrêa nasceu em 09/05/1937 no Rio de Janeiro, formado em Engenharia Civil, com especialização em Engenharia Econômica, pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1960.

Foi engenheiro na CONSULTEC – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (1960-1965); Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) (1965-1972), desempenhando as funções de: Coordenador do Setor de Educação e mão-de-obra e de Secretário Executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos; Secretário Executivo do MOBRAL de 1972 a 1974; ocupou o cargo de Presidente do MOBRAL de 1974 a 1981; atualmente exerce o cargo Presidente da Firma de Consultoria EBRADDEM Ltda. (desde 1981).<sup>12</sup>

Haddad e Di Pierro (2000) alegam que Arlindo Lopes Corrêa “assumiu a presidência do MOBRAL com a responsabilidade de defender o programa e assegurar sua continuidade, formulando justificativas técnicas em resposta à avalanche de críticas que recaiam sobre o órgão”, a sua trajetória profissional era alinhada e satisfazia aos interesses do governo militar no que diz respeito a coordenação das políticas educacionais propostas pelo movimento.

Durante a leitura do texto: “MOBRAL – Pedagogia dos Homens Livres” de apresentação do livro “*Educação de massa e ação comunitária*”, (MOBRAL, 1979) de autoria de Arlindo Lopes Corrêa, assim como o seu texto de fechamento do livro “O Futuro do MOBRAL”, nesses textos fica evidente o quanto Corrêa defende o sucesso do programa, a epígrafe do início do capítulo corrobora nossa fala.

---

<sup>12</sup> Dados biográficos de Arlindo Lopes Corrêa, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/arlindo-lobes-correa>. Acesso em: 10/08/2020.

A questão norteadora desse item: Quem são os defensores do MOBRAL? Recordemos então que esses sujeitos são engenheiros, economistas e trabalhavam para o regime militar, é importante ressaltar que o MOBRAL tem sua política pautada na economia, Januzzi (1979), afirma que o MOBRAL sofreu a influência da linha econômica que impulsionou a sociedade brasileira, a autora afirma ainda que:

A educação é sempre colocada na linha de desenvolvimento econômico, tanto que sua defesa pelos dirigentes do MOBRAL é feita apontando-a como “fator primordial do desenvolvimento das nações”, porque: - quanto mais educação geral e específica, mais o homem manifesta produtividade no trabalho. (JANUZZI, 1979, p.57).

A. L. Corrêa defendia o MOBRAL ao mesmo tempo em que combatia o sistema de educação freiriano, o título de seu texto “Pedagogia dos homens livres” traz claramente sua intenção de criticar e desqualificar as campanhas de alfabetização e educação de adultos gestadas pelos MCPs e principalmente o sistema educacional de Paulo Freire que propunha como já dito uma educação libertadora, quando se refere ao texto de Paulo Freire, eis sua fala:

Quando ouvimos falar dos chavões do comunismo internacional, da sua chamada “educação libertadora”, da sua “pedagogia dos oprimidos”, ocorrenos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um objetivo previamente, sobre o qual esse homem não influirá de modo algum. Ou será que os dogmas marxistas são passíveis de críticas nos “Centros de Cultura” em que se faz a “pedagogia dos oprimidos”? [...] Ao contrario no MOBRAL as pessoas discutem com toda liberdade e sem qualquer dirigismo as coisas do seu mundo. (CORRÊA, 1979, p. 50).

A fala de Corrêa reflete o contexto político da época, vivia-se a ditadura militar, que teve como primeiras ações reprimir os movimentos e políticas educacionais de oposição, apontando-os como sendo de caráter marxistas, e apoiadores do comunismo, em outro momento de seu texto o economista fala em uma “educação verdadeiramente democrática: mostramos a verdade e as pessoas fazem livremente suas opções”, (CORRÊA, 1979), se lembrarmos que o MOBRAL entrou em atividades em pleno AI-5, onde o país vivia sob forte censura, perseguições, torturas e mortes praticadas por um governo autoritário, isto posto revela uma enorme contradição no tocante a proposta educacional praticada, em um país que vivia sob o julgo da censura e do autoritarismo da ditadura militar, (GERMANO, 2011).



O Regime Militar brasileiro buscou construir um projeto político e fez uso da educação em todos seus níveis, para conseguir sua hegemonia, que se consolidou tanto pelos mecanismos de repressão e coerção, quanto pelo viés intelectual e princípios morais como o cidadão pacato, cumpridor de seus deveres, trabalhador que luta e contribui para desenvolvimento da pátria, esses mecanismos nós vemos devidamente consolidados nas práticas de educação de adultos, onde o regime projetou uma educação massificadora.

Mas para A. L. Corrêa, o projeto político do MOBREAL parte fundamentalmente de uma visão construtiva, da sociedade e do homem.

[...] O MOBREAL ao surgir em um mundo, cuja tradição propagada pelos meios de divulgação dos extremistas, era a de programas de educação de adultos associados a movimentos de luta revolucionária armada, adotou um programa “evolucionário”, aberto, participativo, livre dos dogmas e dos mitos. (CORRÊA, 1979, p.50)

Com esse posicionamento Corrêa defendia o MOBREAL, e em seu interior justificava e legitimava um governo autoritário que não aceitava ser confrontado e por esse motivo banuiu o PNA e todo o sistema educacional proposto e elaborado por Paulo Freire.

Voltando aos dias de hoje em visita ao blog pessoal de Arlindo Lopes Corrêa na internet, nos anos de 2009/2010, o economista que é bem atuante escreveu entre vários textos que versam sobre vários temas como educação, economia, políticas públicas, projetos sociais, etc. discorreu sobre sua trajetória no MOBREAL, fazendo elogios a fundação, aos supervisores, colaboradores, artistas, autores e ex-alunos enfim a todos que o apoiaram em seus programas e sua gestão, um pequeno trecho da postagem transcrevemos:

Em convenio com o Banco Nacional de Habitação (BNH), criamos o Balcão de Idéias, para apresentação pela clientela do MOBREAL, de técnicas de construção destinadas a baratear a moradia popular. Há trinta anos... Reafirmando o pioneirismo do MOBREAL. (CORRÊA, 2009)

Em outra postagem cujo tema é esporte e versa sobre a vitória da Espanha na Copa do Mundo de 2010, com o título: “MOBREAL campeão da Copa do Mundo de Alfabetização”, onde o autor narra algumas de suas lembranças sobre a Copa de 1950, ao final do texto ele conta uma experiência vivida por professores do MOBREAL

em uma cidadezinha pequena no interior do Rio Grande do Norte, e de como as ações desse grupo de pessoas e da professora impactaram na vida social daquela cidade, como a construção de uma estrada e a reconstrução do cemitério abandonado, da pequena cidade de Serra do João do Vale, novamente transcrevemos o trecho final dessa postagem, que o autor mais uma vez defende o MOBRAL:

Em 8 de setembro de 1981 - eu já havia saído do MOBRAL - a UNESCO nos deu seu maior Prêmio de Alfabetização pelo trabalho na Serra do João do Vale. Por termos descoberto um Brasil lindo, mas desconhecido e abandonado [...] (CORRÊA, 2010).

Lopes foi um dos intelectuais que atuaram dentro do regime militar, e faziam parte de uma classe dominante, aliada ao regime e que contribuíam para a construção da hegemonia política dos militares, Gramsci (1982) afirma que os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.

De acordo com Prado; Neto (2019) os grupos intelectuais são representados no MOBRAL pelo seu presidente, pelos ocupantes dos mais altos cargos da gerência do MOBRAL Central, responsáveis pela elaboração e definição dos princípios metodológicos e das linhas de ação do órgão, com a finalidade de assegurar o consenso entre as massas e o grupo dirigente, desempenhando assim um papel essencial para a direção ideológica e política da hegemonia existente.

Para seus defensores o MOBRAL foi um sucesso e todos os documentos produzidos pelo MOBRAL o retratam como um programa, que se diferenciou das campanhas educacionais que o antecederam, porque levou a alfabetização, educação e ações comunitárias a praticamente todas as cidades do país. Mas para seus críticos, para os autores que se debruçaram sobre a história da educação brasileira o MOBRAL foi um fracasso, que segundo Paiva (2015) “se revela no afastamento dos profissionais da educação de todo o processo decisório do MOBRAL, formou analfabetos funcionais, tinha elevados índices de regressão e evasão sobre essas questões nos falaremos no último item desse trabalho.

## 4.2 MOBRAL: Sucesso ou Fracasso: Podemos Julgar?

Quando nos propomos nessa pesquisa recordar o passado histórico do MOBRAL, optamos pelo viés ideológico e seguimos realizando uma análise reflexiva desse movimento de proporção continental, que traçou um ousado plano de erradicar o analfabetismo em dez anos e promover a educação de jovens e adultos a nível nacional, seus idealizadores e gestores aliaram o movimento ao “milagre econômico”, e a política desenvolvimentista do governo Médici, o MOBRAL não seria o “milagre da educação”, mas “tal qual o recente êxito brasileiro nas taxas de desenvolvimento econômico, o movimento representa o resultado de um trabalho árduo e pragmático” (MOBRAL, 1973) e que levaria a todos os cantos do Brasil a bandeira do combate ao analfabetismo, era preciso saldar uma dívida histórica para com grande parte da população, que vivia a margem da sociedade pelo fato de serem iletrados.

De acordo com FLETCHER (1984, p. 164):

O MOBRAL constitui-se num esforço ambicioso para alterar percepções e oportunidades na periferia da sociedade brasileira, permitindo que um segmento numericamente significativo de uma população socialmente desprivilegiada se tornasse protagonista como beneficiária do desenvolvimento, o programa foi também parte de uma série de projetos de impacto promovidos pela administração de Médici.<sup>13</sup>

Nesta perspectiva a partir da leitura de documentos básicos do MOBRAL elaborados pelos seus dirigentes e gestores dissertaremos sobre a visão de seus defensores que apontam o sucesso dos programas de alfabetização e educação continuada desenvolvidos pelo MOBRAL, elegemos como representante dessa defesa Arlindo Lopes Corrêa, já apresentado no item anterior, e do outro lado dessa moeda os críticos do movimento, e nos apoiaremos em Vanilda Paiva, através de seu artigo “*MOBRAL: Um Desacerto Autoritário* (1981), e na leitura da Tese de Doutorado da pesquisadora Bianca Nogueira da Silva Souza (2016), intitulada: *ALFABETIZAÇÃO E LEGITIMIDADE: A Trajetória do MOBRAL entre os anos de*

---

<sup>13</sup> - FLETCHER, Philip R. O MOBRAL e a Alfabetização: a promessa, a experiência e alguma evidencia em seus resultados, 57 p. Síntese do texto in: Avaliação em Educação de Adultos: Temas e Discussões (MOBRAL, 1984).

1970-1980, que estudaram o programa em seus aspectos estruturais, pedagógicos, políticos e ideológicos e que apontam o fracasso do MOBRAL.

Os idealizadores e defensores do MOBRAL apontam o seu sucesso sob uma perspectiva histórica, heroica, na análise dessa defesa escolhemos dois pontos pelos quais é apontado o sucesso do movimento e sua grandiosidade, o primeiro ponto está ligado à territorialidade alcançada pelo programa, em 1973, Corrêa escreveu na apresentação de um documento básico do MOBRAL publicado em julho do mesmo ano: “ao ser publicado este documento, o MOBRAL já se terá implantado efetivamente em todo território nacional, abrangendo aqueles municípios que em 1973 ainda permaneciam fora do sistema por ele implantado”, (MOBRAL, 1973).

Mario Henrique Simonsen, que era o Presidente do MOBRAL, no mesmo documento defende a extensão do movimento:

[...] A alfabetização de milhões de pessoas por ano representa, por certo, movimento sem precedentes em nossa história. O MOBRAL tem sido responsável por esse movimento, graças a conjugação do apoio do Governo Federal com a ampla adesão das comunidades à causa da erradicação do analfabetismo. O lema “Você também é responsável” parece ter mobilizado toda a população no sentido de levar o conhecimento da leitura e da escrita às classes menos desfavorecidas e aos rincões mais afastados do país. (MOBRAL, 1973, p. 8)

Sem dúvida a integração nacional é um dos pilares que sustenta o sucesso apontado pelos seus defensores, tanto que no livro *Educação de Massa e Ação comunitária*, Lopes narra a tratativa de um convenio com uma cidade do interior de Goiás e compara as ações do MOBRAL ao protagonismo dos Bandeirantes, o economista ressalta que:

Em junho de 1973, em expansão sem precedentes na história administrativa do MOBRAL, o MOBRAL firmou convenio com o município de Alto Paraíso de Goiás, cuja economia essencialmente baseada na mineração, [...] ocupava o último lugar de todos os municípios a receber a alfabetização funcional do MOBRAL, [...] a presença de um órgão federal em todos os municípios do país tem uma expressão política de excepcional importância, comparável à obra dos bandeirantes que alargaram nosso território, que conferiu à organização a primazia na obra de integração nacional. (CORRÊA, 1979, p. 54)

De fato nenhum outro programa ou campanha de educação para os jovens e adultos, com exceção do PNA, que mal iniciou suas atividades e foi banido pelo Estado militar, teve um alcance territorial como o MOBRAL, que acabava por realizar

um mapeamento dos municípios brasileiros e essas ações interessava aos militares.

Através do MOBRAL o governo militar tinha uma visão social das cidades principalmente das localidades mais distantes, tinha acesso ao perfil daqueles grupos de pessoas, suas necessidades, enfim o programa trazia informações dos municípios, que além de permitir ao MOBRAL Central direcionar os critérios de suas ações educativas, dava ao governo uma ferramenta de controle e vigilância sobre as pessoas, em nome da segurança nacional.

Segundo Paiva (2015, p. 346):

O MOBRAL veio como forma de ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que o movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de “segurança interna”.

A linha ufanista, que narra os grandes e heroicos feitos do MOBRAL, a história dos vencedores está presente em todos os documentos produzidos pelos intelectuais que atuaram no MOBRAL, Corrêa (1979), em seu texto faz uma analogia entre o MOBRAL e o surgimento da vida na Terra, “a entrada em operação do MOBRAL pode situar-se ao aparecimento da humilde bactéria anaeróbia, marco do surgimento da vida sobre a Terra”, em outro momento para justificar a continuidade do programa mesmo este não tendo atingido seus objetivos (já nos idos de 1979 para 1980), faz uma analogia aos mecanismos de evolução presentes nos enunciados de Darwin: “o MOBRAL, como organismos vivos, diversificou-se e construiu seu caminho para o futuro através de um processo de seleção natural de seus programas e atividades. Por terem passado por essa curiosa “seleção “tais programas estavam marcados pela excelência e seus resultados não podiam deixar de ser bons”, e aqui recorremos novamente a Vanilda Paiva (1981, p. 85-86), para a escritora:

O lançamento do MOBRAL como campanha de alfabetização de massa, em 1970, prendeu-se diretamente a mobilização política canalizada através do movimento estudantil de 1968 e a promulgação do AI-5 em dezembro deste ano, constituindo-se tal campanha - juntamente com a expansão do ensino superior – num dos pilares da política educacional do governo militar no período. [...] Organizado a partir de uma logística militar de maneira a chegar a quase todos os municípios do país, ele deveria atestar às classes populares o interesse do governo pela educação do povo, devendo contribuir não apenas para o fortalecimento eleitoral do partido governista

mas também neutralizar eventual apoio da população aos movimentos de contestação do regime, armados ou não, [...] seu lançamento se subordinou às exigências da “segurança interna”- através do MOBRAL o regime definiu de maneira clara a sua linha de ação nacional em relação a educação popular.

O segundo ponto de nossa análise também está ligado aos municípios, porque dentro da sua estrutura administrativa, que de acordo com o Documento Básico do MOBRAL de 1973, a mesma é composta de apenas três níveis administrativos, a saber: MOBRAL Central, Coordenações Estaduais – COEST<sup>14</sup> e Comissões Municipais – COMUN, os dirigentes do movimento delegaram aos municípios, através da COMUN, uma extensa lista de responsabilidades, as prefeituras eram conclamadas a realizar: a divulgação dos programas de educação funcional (PAF) e de educação continuada (PEI), promover a mobilização das pessoas. Recrutar professores, realizar um levantamento do número de adultos e jovens analfabetos, realizar matrículas, bem como prover locais para o funcionamento dos centros de alfabetização, enfim fazer o controle dos alunos inscritos e também da elaboração da certificação desses sujeitos. Souza (2016), afirma que “muitas das vezes essas ações eram um esforço voluntário e patriótico”.

Souza (2016, p. 79) relata que:

As Comissões Municipais são as células básicas de atuação do Mobral. Elas permitiram a descentralização e radiação das ações. O êxito do trabalho desenvolvido por essas comissões ligava-se diretamente à sua capacidade de estimular a comunidade a participar dos programas do Mobral, de mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros – e utilizá-los de forma adequada e criativa. Sobre esses parâmetros, eram fiscalizados e cobrados pela supervisão estadual.

Paiva (2003, apud SOUZA, 2016, p. 79) discorre sobre os convênios entre o MOBRAL e os municípios, para a autora:

A conjuntura dos acordos firmados entre Mobral e os municípios, possuía fios de tensão que costuravam essas relações. Ficava subtendido que, caso as prefeituras resistissem em firmar os pactos ou não contribuíssem com sua máquina pública para a promoção do Mobral, sofreriam cortes no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

---

<sup>14</sup> Na fase inicial, as Coordenações Estaduais (COESTs) tiveram uma importante participação na campanha, situadas no nível intermediário entre o Mobral Central e as Comissões Municipais, tinham a tarefa de firmar convênios com as Prefeituras e orientar quanto às estratégias e técnicas específicas do programa. Concentravam-se em fazer com que os objetivos de implantação do Movimento se cumprissem de maneira rápida, reduzindo a burocracia nos diversos municípios,

O MOBRAL foi um movimento que agenciou milhares de brasileiros entre os anos de 1970 a 1980, e esse trabalho só foi possível graças aos acordos e convênios que o programa firmava com as prefeituras através da COEST. De acordo com Souza (2016), “são professores, editores, agentes comunitários, supervisores e coordenadores que de forma remunerada ou voluntária chegou a somar 40 mil pessoas em todo o país, segundo dados do próprio MOBRAL”

Haddad e Di Pierro (2000, p. 115) relatam que:

Entre o MOBRAL Central e as Comissões Municipais, encontravam-se os Coordenadores estaduais, que se encarregavam dos convênios municipais, responsabilizando-se pela assistência técnica e pela orientação estratégica. A função desses coordenadores era de garantir que as orientações gerais do movimento se implantasse.

Os autores, ressaltam ainda que o MOBRAL possuía três características que convergiam para criar uma estrutura adequada ao objetivo político de implantação de uma campanha de massa com controle doutrinário, são elas: o paralelismo em relação aos demais programas de educação, a organização operacional descentralizada, através das Comissões Municipais espalhadas por quase todos os municípios brasileiros e a centralização de direção do processo educativo, o treinamento de pessoal para todas as fases, o planejamento e produção do material didático foram entregues a empresas privadas que reuniram equipes pedagógicas que produziam um material de caráter nacional, apesar da conhecida diversidade de perfis linguísticos, ambientais e socioculturais das regiões brasileiras.

O MOBRAL precisava apenas conquistar o povo brasileiro, e assim o fez, através das parcerias e convênios que firmou junto às prefeituras.

Durante o levantamento bibliográfico dessa pesquisa estudamos e recordamos a história do MOBRAL pudemos resgatar aspectos desse movimento e perceber que os seus defensores se apoiaram na integração nacional e no engajamento das comunidades locais, fato que não negamos, contudo as críticas de muitos autores e professores, residem no fato de ter sido o movimento um braço da ditadura, de ter apoiado e representado um regime opressor das liberdades e dos direitos sociais, embora o MOBRAL tenha levado para todas as regiões do país um programa audacioso de combate ao analfabetismo daquela época, as críticas mais contundentes enfatizavam a vinculação do MOBRAL com o Estado militar.

No Brasil, a educação sempre serviu como um veículo na difusão dos ideais políticos, Santos (2014) alega que o MOBRAL vem trazer uma mensagem camuflada e levar a milhões de brasileiros a alfabetização que dissemina ideologias militares a diversas cidades do país, e como salienta Paiva (2015, p. 385):

Seu propósito é forjar “a comunidade integrada “em contraposição às comunidades “imaturas” ou “desintegradas, através de uma educação comunitária que promova o controle e a paz social, combatendo “ideologias indesejáveis”. A “comunidade” é vista como uma entidade acima das classes sociais [...] e aliam-se entre si e ao governo para resolver os problemas da coletividade. Desse modo apresenta-se o Mobral como um “programa integrador”: busca sedimentar as relações sociais existentes ao promover o trabalho conjunto das diferentes classes sociais.

Para Arlindo Lopes Corrêa (1979, p. 57):

O MOBRAL concretiza seu projeto social atuando como órgão de integração de pessoas, classes sociais, entidades públicas e privadas, em torno de objetivos comuns. Programa baseado no envolvimento comunitário, [...] e todos participam irmanados porque havia uma causa a defender, havia confiança no movimento e os resultados ficavam visíveis de imediato.

Com o passar dos anos a década de 1970 aproximando-se do seu final, as críticas crescentes ao movimento, o MOBRAL, precisava lutar e justificar a sua existência, os sinais das mudanças políticas já começavam aparecer, o regime militar começava a enfraquecer bem como o apoio do governo ao movimento, o clima político do final da década aumentou as críticas dos tecnocratas e profissionais da educação.

Novamente recorremos a Paiva (2015, p. 393) que nos esclarece essa questão:

Ao longo do ano de 1979 o Mobral buscou elaborar internamente propostas de ações compatíveis com os programas e as formas de atuação do governo. O movimento tinha que lutar simultaneamente contra a tecnocracia que anunciava o seu fracasso, mas também contra a lógica da ficção criada por ele mesmo, ou seja contra a ideia de que, por ter alfabetizado toda a população analfabeta, ele perdia a razão de existir.

A justificativa para a continuidade de existência do MOBRAL foi a ação comunitária defendida por Lopes “o MOBRAL soube utilizar a popularidade da causa da alfabetização, transformando-a em ação comunitária”.



Para Escobar (2007), a principal preocupação de Corrêa era “a mistificação do MOBREAL como movimento de sucesso no combate do analfabetismo, contando com o apoio de dados estatísticos”

Para Lopes o movimento havia cumprido com sucesso sua meta de alfabetização da população jovem e adulta do Brasil, e por conhecer de perto a “situação geral de nosso povo humilde, suas carências, suas aspirações”, o MOBREAL estava apto a lançar novos caminhos para a educação.

Beluzo e Toniosso (2015, p. 203) relatam que:

Segundo Arlindo Lopes Corrêa - presidente do Mobral no ano de 1974 - o Mobral já havia extinguido o analfabetismo, porque o mesmo se reduziria a taxa internacional para a erradicação total do analfabetismo, que compunha o valor de 11%; porém esta taxa não foi aceita, tendo sido contestada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o BNH (Banco Nacional de Habitação), que eram contra as novas finalidades e os objetivos da instituição do Mobral.

Em 1980 o MOBREAL passou por modificações em sua estrutura e foram realizadas alterações em sua política educacional que passaria a dar prioridade às ações comunitárias.

Em 1980, o presidente do MOBREAL anunciou que seria modificada toda a política da instituição, passando a dar prioridade à ação comunitária, principalmente nas áreas de educação, cultura, saúde, nutrição, saneamento, treinamento profissional, lazer, ecologia e previdência social (NISKIER, 1989, p. 370 apud BELUZO; TONIOSSO, 2015, p. 203).

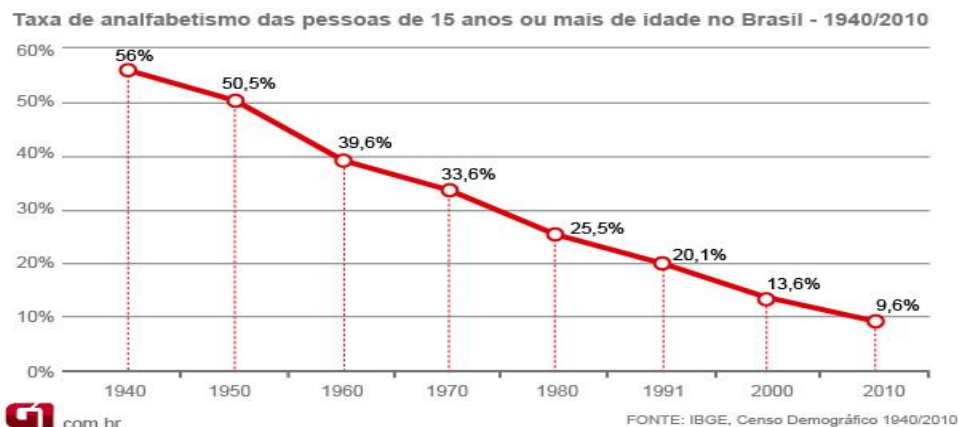
O fato é que ao lermos os documentos oficiais do MOBREAL percebemos o discurso que ameniza e nega seu propósito de servir ao regime militar, e que ao final da década de 1970, os educadores criticavam os métodos de alfabetização do MOBREAL e apontam o índice de regressão ao analfabetismo, o alto índice de evasão dos alunos e a pedagogia mobralense como uns dos vários motivos de seu fracasso, aliado a isso o censo demográfico de 1980, aponta que ao contrário do que afirmava Corrêa o analfabetismo não estava erradicado como mostra a tabela e a figura abaixo:

Tabela 1: Analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil 1940/2010

Ano	População com 15 anos ou mais (em milhares)		
	Total	Analfabeta	% Taxa de analfabetismo
1940	23.648	13.269	56,0
1950	30.188	15.272	50,5
1960	40.233	15.964	39,6
1970	53.633	18.100	33,6
1980	74.600	19.356	25,5
1991	94.891	18.682	20,1
2000	119.533	16.295	13,6
2010	144.814	13.933	9,6

Elaboração com dados do Censo Demográfico do IBGE

Gráfico 1 - Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais idade no Brasil entre 1940-2010



Fonte: BRAGA; MAZZEU (2017)

Ao analisarmos a tabela e a figura 1 respectivamente, verificamos que as taxas de analfabetismo começaram a apresentar queda mais acentuada a partir da década de 1980, mostrando que o movimento não havia atingido sua meta decenal de erradicar o analfabetismo, corroborando assim as muitas críticas que o MOBREAL recebia.

Paiva (2015) defende a tese de que o clima político do final da década permitiu a expressão clara de opinião dos profissionais e tecnocratas da educação a respeito do programa, o regime se transformava sob a égide da abertura política, e

perguntava-se sob a função do movimento na segurança e manutenção do governo militar.

Cunha e Góes (1999), apontam que o primeiro sinal do fracasso retumbante do MOBRAL aconteceu em 1974 com o resultado das eleições legislativas daquele ano, de acordo com os autores o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) derrotou a alianças entre o MOBRAL e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o MOBRAL e a ARENA, atuaram para que o regime autoritário militar e civil vencesse a disputa contra a oposição (MDB)., para os autores o Movimento Democrático Brasileiro derrotou o outro movimento o de alfabetização, que pretendia formar eleitores para o partido do governo autoritário (ARENA).

Cunha e Góes criticam o MOBRAL enquanto proposta de política educacional para lidar com o analfabeto, pois, a Fundação MOBRAL proclamava a vitória do índice de redução ao analfabetismo, e tentava esconder em seus dados estatísticos a verdade que seus defensores e idealizadores negavam em seus discursos eloquentes, presentes em seus documentos oficiais: o MOBRAL estava alfabetizando muito pouco e seus programas pedagógicos eram ineficientes.

Soares e Galvão (2011, p. 270) relatam que:

Os últimos anos do MOBRAL foram marcados por denúncias que culminaram na criação de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – para apurar os destinos e a aplicação dos recursos financeiros e a divulgação de falsos índices de analfabetismo. Pedagogicamente, o MOBRAL passou a ser criticado. Por não garantir a continuidade dos estudos, muitos adultos que se alfabetizaram através dele “desaprenderam a ler e escrever” [...] Com o golpe militar de 1964, a alfabetização se restringe em muitos casos, a um exercício de aprender “aprender a desenhar o nome”.

Dentro desse quadro de crise o MOBRAL começou a mudar suas estratégias e sua metodologia de ação, visando legitimar-se e conquistar o apoio da sociedade para sua continuidade, Germano (2011, p. 223) nos ensina que:

[...] a busca de legitimação conduz a uma mudança no discurso e na forma do relacionamento do Estado com as classes subalternas. Tal mudança possibilita a emergência de novos problemas, temas e metas potenciais na agenda do sistema político. Com efeito, a exclusão dos dominados – exclusão econômica, política e social – começa a ser revista nos planos oficiais. As questões sociais, que foram despolitizadas e reduzidas a questões “técnicas”, começam a ser tratadas como questões políticas. O discurso da “segurança nacional”, do “combate ao comunismo e à subversão” e do “crescimento econômico a qualquer preço” – mesmo à custa da concentração da renda – cede lugar a um outro que enfatiza a “integração social”, o “redistributivismo” e os apelos “participacionistas”.

É sob o viés da ação comunitária que o movimento vai justificar sua existência e a continuidade de seus programas, o que está bem explícito na fala de seu presidente, no final de seu texto O futuro do MOBRAL:

O MOBRAL ainda tem uma enorme contribuição a oferecer ao Brasil e ao seu povo. A ação comunitária é o instrumento do qual o país necessita agora, para forjar um modelo de desenvolvimento de profundo conteúdo humanista. Essa a vocação do MOBRAL. (CÔRREA, 1979, p.472).

No entanto mesmo adotando medidas alternativas para preservar a existência do movimento. O fracasso do MOBRAL tornou-se evidente, assim como as críticas e a forte oposição de órgãos como o MEC.

No ano de 1985 com o fim da ditadura, o então Presidente José Sarney, através do Decreto n. 91.980 de 25/11/1985, criou a Fundação Educar e extinguiu o MOBRAL.

Art. 1º. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, instituída pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do artigo 4º da Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente.

Sobre a extinção do MOBRAL, Paiva (2015, p. 406) escreveu:

O processo de extinção de uma instituição com uma longa história e fortemente enraizado em todo país, é necessariamente complexo. O país se livrou do imenso desperdício que significava a manutenção daquela estrutura, dentro da qual dentro da qual muitos interesses estavam sedimentados. Perdeu por outro lado [...] muitos trabalhos valiosos eram realizados no plano micro e tiveram que ser extintos, [...] foi preciso enfim, atravessar um processo de ajustados quadros especializados, muitos dos quais foram absorvidos pela Fundação que o sucedeu.

Para muitos pesquisadores a Fundação Educar era o MOBRAL “rebatizado”, para nós ao fim dessa pesquisa fica a reflexão sobre esse movimento educacional criado pelo regime militar com a missão de erradicar o analfabetismo da nação, mas por trás desse ideal era uma política pública que disseminava as ideologias militares em todo o país, o MOBRAL foi um movimento que fortaleceu nossa hipótese de que a educação pode ser usada como um poderoso mecanismo de suporte ideológico que pode ser usado pelo Estado e por outras instituições.

Com a posse de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo povo após a ditadura civil-militar, em 1990 o seu governo extinguiu a Fundação Educar. Em 1991 o MEC cria PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), que traz em sua política uma semelhança com os programas anteriores: a responsabilidade da execução de programas não ficaria a cargo somente do poder público a sociedade como um todo deveria participar, de acordo com Rangel (2011 apud Beluzo; Toniosso) o PNAC tinha o objetivo de fazer uma grande mobilização no país para reduzir em até 70% o número de analfabetos até 1995.

Beluzo e Toniosso (2015) apontam outras semelhanças no PNAC, que reforçam a continuidade de algumas ações dentro do programa: “ainda na década de 1990, o governo federal incumbiu os municípios de articular a política nacional do Ensino para Jovens e Adultos”.

Quando chegamos ao século XXI, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) desenvolveu-se o PBA – Programa Brasil Alfabetizado que também trazia como objetivo superar o analfabetismo entre jovens e adultos, lançado pelo MEC, o programa contribuiria com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos, no desenvolvimentos de ações de alfabetização para poder cumprir o seu objetivo, (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

O PBA não conseguiu cumprir sua meta de erradicar o analfabetismo, e de acordo com (Beluzo; Toniosso, 2015) o programa passa por uma reestruturação e através do Decreto no. 6.093, de 24 de Abril de 2007 se estabeleceu novos critérios visando a universalização da Educação de Jovens e Adultos a todos os cidadãos brasileiros.

Observamos que foi no início do século XXI com a proposta do PBA, que a educação de jovens e adultos segue o que é determinado pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, (BRASIL, 1988).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o MOBRAL e toda a sua estrutura administrativa, o contexto histórico de sua criação, trazer à tona uma análise histórica desse movimento de alfabetização que foi o mais longo de nossa história educacional, nos fez recordar um período sombrio de nossa história: O golpe civil militar que depôs João Goulart e instaurou um governo ditatorial, autoritário violador de direitos, entre eles o direito de educação voltada ao público adulto.

O regime militar criou o MOBRAL, como um modelo educacional, que serviu de mecanismo da legitimação e justificação onde a educação era massificada um instrumento de alienação, vazia de pensamento crítico e tomada de consciência, de visão de mundo, uma ferramenta de consolidação da política do regime militar que era pautada no crescimento econômico e na formação de capital humano voltado ao mercado de trabalho.

Durante a pesquisa percebemos que não foi só no governo militar que as políticas de educação de jovens e adultos eram criadas de acordo com os interesses dos governos, de uma elite política e econômica dominante, essa prática remonta ao período colonial e vem atravessando por toda a história da educação no Brasil.

O MOBRAL por ter sido o maior e mais longo movimento em relação aos seus antecessores, em prol da educação de adultos, e por ter estabelecido uma ousada meta de erradicar o analfabetismo nos pais em 10 anos, legou aos adultos um rompimento com a educação e a alfabetização crítica dialógica e conscientizadora defendida por Paulo Freire, porque oferecia uma educação funcional e tecnicista, voltada ao mercado de trabalho, onde o importante era aprender a ler e escrever e realizar operações básicas.

Estudar MOBRAL, nos ajudou a compreender porque ainda hoje o Brasil não consegue erradicar o analfabetismo, sofremos em pleno século XXI com a evasão de crianças do ensino regular, a baixa qualidade de ensino, a baixa remuneração dos educadores, são continuidades de um processo histórico que permeou a história da educação brasileira, antes da sua implantação e que ainda estão presentes em nossa vida.

Ao fim dessa pesquisa sobre o passado histórico do MOBRAL, esperamos ter conseguido mostrar que o analfabetismo é um fenômeno histórico no Brasil herança

de nosso passado escravocrata, que o MOBRAL foi criado com a promessa de acabar com o analfabetismo que atrapalhava o crescimento econômico e social do Brasil, tentamos mostrar também como o governo militar usou o programa para construir a imagem de governo simpático, assistencialista, preocupado com social, com os pobres, e de como o governo manipulava o povo, com o discurso de que era o analfabeto, responsável por sua alfabetização, e era responsável também em fazer do Brasil um país, grande e próspero. O movimento retomou a visão preconceituosa de que o analfabeto era um sujeito incapaz, sem conhecimentos e responsável pelo atraso econômico e cultural do Brasil, desconstruindo assim os ensinamentos de Paulo Freire que afirmava ser o analfabeto vítima de uma sociedade excludente e produtor de conhecimento.

O Mobral serviu enquanto uma forte estratégia frente às ideias do regime em demonstrar preocupação com as classes populares. Para atingir quase todos os municípios brasileiros, contou com o apoio das forças armadas e promoveu uma intensa propaganda através dos meios de comunicação de massa, convocou toda a sociedade para fazerem parte do movimento que aniquilaria o “mal do analfabetismo”.

O movimento fracassou em seu objetivo educacional mas o obteve sucesso em envolver o governo militar em “embalagem” bonita e conseguiu desviar a atenção do povo para o que realmente acontecia no país, como por exemplo a desigualdade social, e a violação dos direitos humanos, a violência, tortura, morte e desaparecimento de pessoas que resistiam ao regime.

A repressão política implantada pela ditadura civil-militar de 1964 acabou com os ideais de pensadores e educadores como Freire que lutaram por uma política educacional séria que olhasse para os adultos analfabetos não só como números a comporem as campanhas contra o analfabetismo, mas como indivíduos socialmente marginalizados e excluídos de um de seus direitos mais básicos: a educação, e que a mesma, não deveria ser usada como uma ferramenta do regime que difundia entre os alunos a ideia de que através da alfabetização ele melhoraria sua condição social, porque se tornavam trabalhadores mais eficientes, ganhando dinheiro e contribuindo para o crescimento do Brasil.

Por fim como historiadores, professores, cidadãos não podemos deixar que o MOBRAL caia no esquecimento das gerações futuras, recordar erros do passado

nos permite evitar que se repitam no presente e aguçam nossa criticidade ao projetarmos o futuro da educação em todos os seus níveis.

A educação, deve se propor a realizar a transformação do homem, mas não devemos esquecer que a educação sozinha não consegue promover tal transformação, é preciso que as políticas públicas promovam a integração de toda a sociedade buscando desenvolver nos indivíduos suas potencialidades.

MOBRAL: Sucesso ou Fracasso? Depende de como queremos olhar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de CORSO, Ângela Maria. **A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos e Sociais**. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753\\_10167.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf)>. Acesso: 12 out. 2018.

ARAÚJO, João Batista Oliveira e. **O Analfabetismo no Século XXI**. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180127-45392-nac-2-opi-a2-not>>. Acesso em 10 set. 2019.

ARRUDA, Angela Cristina Souza. **O MOBRAL e a Educação de Jovens e Adultos: Uma Representação Ideológica da Ditadura Militar**. Trabalho de Graduação. 2011.68f. UFB. Salvador. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28607>>. Acesso em 13 set. 2019.

**AVALIAÇÃO em educação de adultos: Temas e Discussões – Trabalhos apresentados no Seminário Latino-americano de Programa de Educação de Adultos**. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1984. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001931.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001931.pdf)>. Acesso em 28 nov. 2018.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX)**. 2016 Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35556>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BATISTA, Patrícia Serpa de Souza. **A Concepção da Ética na Educação Popular e o Pensamento de Paulo Freire**. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2011.153.07/544>>. Acesso em: 13 abr. 2020.



BELUZO, Maira Ferreira; Toniosso, José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas**. 2015. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/download](http://www.seer.ufu.br/download)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BORGES, Liana da Silva. **A Alfabetização de Jovens e Adultos Como Movimento: Um Recorte Na Genealogia do Mova**. 2009. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3626>>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. **O Analfabetismo no Brasil: lições da História**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.9986>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ipf/20130619042331/Freire.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 62.484, de 29 de março de 1968. Aprova o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). **Diário Oficial da União**. Brasília, 02 abr. 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62484-29-marco-1968-403947-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985. Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 nov. 1985. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 abr. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm)>. Acesso em 25 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 dez. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L5379.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5379.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTANHA, André Paulo. **As Fontes e a Problemática da Pesquisa em História da Educação**. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT1%20PDF/AS%20FONTES%20E%20A%20PROBLEMA%20C1TICA%20DA%20PESQUISA%20EM%20HIST%D3](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/AS%20FONTES%20E%20A%20PROBLEMA%20C1TICA%20DA%20PESQUISA%20EM%20HIST%D3)>. Acesso em: 24 nov. 2019.

COELHO, Leni Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos: As ações do MOBRAL no Município de Patos de Minas/MG (1970-1980)**. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14095/1/leni.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2020.

CORRÊA, Arlindo Lopes. **Blog de Arlindo Lopes Corrêa**. Disponível em: <<http://arlindolopescorrea.blogspot.com/search?updated-max=2009-11-26T11:30:00-08:00&max-results=100>>. Acesso em: 29 mai. 2020

\_\_\_\_\_. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Mobral 1974-1978**. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1979. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002464.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Soletre Mobral e Leia Brasil: Sete anos de luta pela alfabetização**. Rio de Janeiro: Guaravira. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002466.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COSTA, Gilberto. **Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CUNHA, Luis Antônio; XAVIER, Libânia. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>>. Acesso em 22 mai. 2020.

CUNHA, Luiz Antonio; GOÉS, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

DOCUMENTO Básico MOBREAL. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002467.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2018.

Editora Siana Press. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/335658978462234990/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ESCOBAR, Floriano José Prado. **A Fundação MOBRAL e Alguns Registros Sobre sua Presença em Sorocaba-SP**. 2007. Disponível em: <[http://educacao.uniso.br/producaodiscente/dissertacoes/dissertacoes\\_2008\\_news/fundacao\\_mobral.pdf](http://educacao.uniso.br/producaodiscente/dissertacoes/dissertacoes_2008_news/fundacao_mobral.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. Paulo Freire: primeiros tempos. S/D, pp.1-11. Disponível em: <[http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Paulo\\_Freire\\_primeiros\\_tempos.pdf](http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Paulo_Freire_primeiros_tempos.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2019.

FÁVERO, Osmar; MOTA, Elisa. **Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos: Memória e História**. Disponível em: <<https://www.cmu.unicamp.br/viiieminario/wp-content/uploads/2017/05/Educa%C3%A7%C3%A3o-popular-e-educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos-mem%C3%B3ria-e-hist%C3%B3ria-OSMAR-F%C3%81VERO-ELISA-MOTTA.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GAZETA do Povo. **Taxa de Analfabetismo no Brasil**. Curitiba. 08/03/2019. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil/>>. Acesso em 10 set. 2019.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Disponível em: <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/gramsci-os-intelectuais-e-a-organizacao-da-cultura1.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2020.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **A escolarização de jovens e adultos**. 2000. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 24 mar. 2020.

IBGE, **Conheça o Brasil – População Educação**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto Pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LEITE, Priscila da Silva; MACÊDO, Rúbia de Oliveira. **A Contribuição do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL para a Educação de Adultos no Período do Regime Militar.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14051/1/PSL02052018.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

LEITE, Sandra Fernandes. **O Direito à Educação Básica Para Jovens e Adultos DA Modalidade EJA No Brasil:** Um resgate histórico e legal. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250841>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A Legislação de Educação no Brasil Durante a Ditadura Militar (1964-1985):** Um Espaço de Disputas. 2010. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2019.

MÁRIO, Henrique Simonsen: **um homem e seu tempo, depoimentos ao CPDOC/** Organizadores Verena Alberti, Carlos Eduardo Sarmento, Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. 310p. il. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/arlindo-lobes-correa>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MOBRAL, Sua Origem e Evolução. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002033.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2018.

OLIVEIRA, José Luiz de. **As Origens do MOBRAL.** 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8912>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

OLIVEIRA, Letícia Borges de. **EDUCAÇÃO NO CAMPO:** Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985). 2011. 150f. Dissertação. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamo.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639885>. Acesso em: 12 dez.2018.

PAIVA, Vanilda Pereira (org.). **Perspectivas e Dilemas da Educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. **Educação Popular e Educação de Adultos:** Contribuição à História da Educação Brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Popular no Brasil:** Educação popular e educação de adultos. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

\_\_\_\_\_. **MOBRAL:** Um Desacerto Autoritário. 1981. Disponível em: <<https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2214>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Um século de educação republicana.** 1990. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de Jovens e adultos no Brasil.** 2007. Disponível em: <[www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc](http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PRADO, Mariana Lemos do; QUILLICI NETO, Armindo. **Educação de jovens e adultos:** um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos que conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL (1967-1985). 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufu.br/index.php/che/issue/view/1898>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

PROPAGANDAS Históricas. **MOBRAL (Ensine a Ler) – 1970.** Disponível em: <<https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/06/propaganda-antiga-mobral.html>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro; MACHADO, Maria Margarida. **Educação de adultos em disputa:** da pedagogia emancipatória à concepção “evolucionária”. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/53679>>. Acesso em 20 mar. 2020.

SANTOS, Auristela Rodrigues dos. **Historia e Memorias do MOBRAL Entre o Documento Básico do MOBRAL e os Relatos dos Ex-Participantes (1967-1985).** TCC. 2015. 64f. UFPB. João Pessoa. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1415>>. Acesso em 13 mar. 2019.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. **MOBRAL: A Representação Ideológica do Regime Militar nas Entrelinhas da Alfabetização de Adultos.** 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/222/MOBRAL%20A%20REPRESENTA%C3%87%C3%83O%20IDEOL%C3%93GICA%20DO%20REGIME%20MILITAR%20NAS%20ENTRELIN>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do Regime Militar.** 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. **Alfabetização e Legitimidade: A Trajetória do MOBRAL Entre os Anos de 1970-1980.** 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21414/1/Educa%C3%A7%C3%A3oJovensAdultos.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

STRELOW, Thyeles Bocarte. **Breve História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v10i38.8639689>>. Acesso em: 12 out. 2018.